

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**  
**CURSO CPOG**  
**2016/2017**



**TIG**

**O PROCESSO DE FINANCIAMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DAS  
FORÇAS ARMADAS. UMA VISÃO PROSPETIVA**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A  
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO  
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS  
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL  
REPUBLICANA.**

**COR ADMAER Guilherme dos Santos Lobão**  
**COR MAT João Luís de Sousa Pires**  
**CMG Daniel Américo Rosa Menezes (BRZ)**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**O PROCESSO DE FINANCIAMENTO DAS**  
**INFRAESTRUTURAS DAS FORÇAS ARMADAS. UMA**  
**VISÃO PROSPETIVA**

**COR ADMAER Guilherme dos Santos Lobão**

**COR MAT João Luís de Sousa Pires**

**CMG Daniel Américo Rosa Menezes (BRZ)**

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOG 2016/17

Pedrouços 2016



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**O PROCESSO DE FINANCIAMENTO DAS**  
**INFRAESTRUTURAS DAS FORÇAS ARMADAS. UMA**  
**VISÃO PROSPETIVA**

**COR ADMAER Guilherme dos Santos Lobão**  
**COR MAT João Luís de Sousa Pires**  
**CMG Daniel Américo Rosa Menezes (BRZ)**

Trabalho de Investigação Individual de Grupo do CPOG 2016/17

Pedrouços 2016



### **Declaração de compromisso Anti plágio**

Declaramos por nossa honra que o documento intitulado “O Processo de financiamento das infraestruturas das Forças Armadas. Uma visão prospectiva” corresponde ao resultado da investigação por nós desenvolvida enquanto auditores do CPOG 2016/17 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Temos consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 16 de dezembro de 2016

COR ADMAER Guilherme dos Santos Lobão

COR MAT João Luís de Sousa Pires

CMG Daniel Américo Rosa Menezes (BRZ)



### **Agradecimentos**

Aos entrevistados, MGEN António José Fernandes Marques Tavares, Diretor da Direção de Infraestruturas/CmdLog/Exército, BGEN ENGAED Joaquim José Carvalheira Baptista Veloso, Diretor de Infraestruturas do Comando da Logística da Força Aérea, Comodoro Luís Ramos Borges, Diretor de Infraestruturas da Marinha Portuguesa, o nosso agradecimento pelos importantes conselhos, extraordinária colaboração e disponibilização de informação relevante para o Trabalho de Investigação de Grupo.

Ao TCOR Eng.º Martins Domingues, Chefe da RTE e RPCP da DIE, manifestamos a excelente disponibilidade e o excecional apoio na disponibilização de informação que muito contribuiu para a valorização deste trabalho.

Aos elementos do Gabinete de Planeamento e controle da Direção de Infraestruturas do Comando Logístico da Força Aérea (CLAFA) informação fornecida.

A todos o nosso agradecimento.



## Índice

Introdução.....	1
1. Caracterização do Processo de financiamento das infraestruturas das Forças Armadas..	5
1.1. Enquadramento legal .....	5
1.2. Enquadramento conceptual.....	6
1.3. Principais fontes de financiamento das infraestruturas das Forças Armadas .....	7
1.3.1. Marinha .....	7
1.3.2. Exército .....	10
1.3.3. Força Aérea .....	13
1.4. Síntese conclusiva.....	14
2. Lei de Infraestruturas Militares.....	16
2.1. Análise da Lei vigente face à Lei revogada.....	16
2.2. Identificação das necessidades de financiamento das Forças Armadas para manutenção e conservação de infraestruturas.....	18
2.2.1. Marinha .....	18
2.2.2. Exército .....	19
2.2.3. Força Aérea .....	21
2.3. Síntese conclusiva.....	22
3. Análise do atual cenário de financiamento das infraestruturas das Forças Armadas .....	24
3.1. Enquadramento preliminar .....	24
3.2. Quadro atual e discussão dos resultados.....	24
3.3. Gestão partilhada de infraestruturas entre Ramos .....	25
3.3.1. Marinha .....	26
3.3.2. Exército .....	26
3.3.3. Força Aérea .....	27
3.4. Alternativas ao atual modelo de financiamento das infraestruturas das Forças Armadas.....	27
3.5. Síntese conclusiva.....	28
Conclusões.....	29



Bibliografia.....	31
-------------------	----

### **Índice de Anexos**

Anexo A — Dotações globais e medidas relativas aos projetos de infraestruturas militares das FFAA.....	Anx A-1
Anexo B — Critérios de classificação de Projetos (LPIM/LIM).....	Anx B-1
Anexo C — 32 Ações/Programas do Plano de Anual de Obras 2017 (Exército).....	Anx C-1
Anexo D — Resumo do Plano de Anual de Obras 2017 (Exército).....	Anx D-1

### **Índice de Apêndices**

Apêndice A — Entrevista realizada ao Diretor de Infraestruturas da Marinha Portuguesa, Comodoro Luís Ramos Borges, no dia 21 de novembro de 2016. ...	Apd A-1
Apêndice B — Entrevista realizada ao Diretor da Direção de Infraestruturas/CmdLog/Exército – MGEN António José Fernandes Marques Tavares, no dia 24 de novembro de 2016.....	Apd B-1
Apêndice C — Entrevista realizada ao Diretor de Infraestruturas do Comando da Logística da Força Aérea – BGEN ENGAED Joaquim José Carvalheira Baptista Veloso – 21 de novembro de 2016, 16H00.....	Apd C-1

### **Índice de Figuras**

Figura 1 - Volume total da despesa por fonte de financiamento (Marinha).....	8
Figura 2 - Volume total da despesa por fonte de financiamento (Exército).....	11
Figura 3 - Volume total da despesa por fonte de financiamento (Força Aérea).....	13

### **Índice de Tabelas**

Tabela 1 - Objetivo Geral e Objetivos Específicos .....	3
Tabela 2 - Questão Central e Questões Derivadas .....	3
Tabela 3 - Volume total da despesa por fonte de financiamento (Marinha) .....	8
Tabela 4 – Volume total da despesa por fonte de financiamento (Exército).....	10
Tabela 5 – Volume total da despesa por fonte de financiamento (Força Aérea).....	13
Tabela 6 – Programa de novos alojamentos .....	14
Tabela 7 – Orçamento de infraestruturas.....	18



Tabela 8 – Financiamento incluído no POA (2017).....	20
Tabela 9 – Necessidades de financiamento para 2017 .....	22
Tabela 10 – Necessidades por ramo versus valores inscritos LIM (2018 a 2022) .....	23
Tabela 11 – Investimento incluído na LIM Ramos (de 2015 a 2022 e Média).....	25
Tabela 12 – Prédios Militares à guarda do Exército utilizados pela GNR e PSP.....	26
Tabela 13 – Prédios Militares utilizados por entidades tuteladas pelo MDN .....	26
Tabela 14 – Dotações globais e medidas relativas a projetos de infraestruturas militares.... .....	Anx A-1
Tabela 15 – Critérios de classificação de Projetos (LPIM/LIM).....	Anx B-1
Tabela 16 –Ponderações .....	Anx B-2
Tabela 17 – Resumo do Plano Anual de Obras 2017 (Exército).....	Anx D-1





## Resumo

O presente trabalho enquadra-se na Área de Ensino da Administração e trata o seguinte tema “O processo de financiamento das infraestruturas das Forças Armadas. Uma visão prospetiva.”

Em termos metodológicos seguimos uma abordagem de investigação dedutiva, segundo uma estratégia qualitativa e um desenho de pesquisa de um estudo de caso, recorrendo-se a dados primários e secundários.

Procurou-se responder à Questão Central (QC), “De que forma o modelo de financiamento das infraestruturas das FFAA contribui para as necessidades atuais de manutenção e conservação?”, tendo-se definido como objeto da investigação, “Caraterizar o atual modelo de financiamento das infraestruturas das FFAA, identificar formas alternativas de financiamento mais sustentável e analisar uma possível gestão partilhada de infraestruturas, entre ramos, como forma de obter ganhos de eficiência.” e como Objetivo Geral (OG), “A análise do atual processo de financiamento das infraestruturas nos ramos das FFAA.

Começou-se por fazer o enquadramento legal e conceptual, passando-se de seguida à identificação das fontes de financiamento em cada um dos ramos, com a finalidade de identificar as mesmas e conhecer a sua grandeza de valores.

De seguida procedeu-se à análise comparativa das duas leis, Lei de Programação de Infraestruturas Militares (LPIM) e Lei de Infraestruturas Militares (LIM). No mesmo capítulo procedemos à identificação das necessidades de financiamento neste domínio.

Por último efetuamos a análise do atual cenário de financiamento e a identificação de modelos de financiamento alternativos.

O estudo é concluído com a identificação de um modelo alternativo ao financiamento, baseado no recurso a protocolos com diversas entidades.

**Palavras-chave:** Financiamento; Lei de Infraestruturas Militares; Forças Armadas; Infraestruturas; Fontes de Financiamento.



**Abstract**

*The present study is part of the teaching administration area and deals with the following theme “The financing process of the infrastructures of the Armed Forces. A prospective view”.*

*In methodological terms we follow a deductive research approach, according to a qualitative strategy and a research design of a case study, using primary and secondary data.*

*In view of answering to the research Central Question, “How does the financing model of the infrastructure of the Armed Forces contribute to current maintenance and conservation needs?, having defined as object of the investigation, “Characterize the current model of financing of the armed forces' infrastructures, identify alternative forms of more sustainable financing and analyze possible shared infrastructure management, between Armed Forces, as a way to achieve efficiency gains.” and as General Objective, “The analysis of the current process of financing infrastructure in the Armed Forces.”*

*We began by making the legal and conceptual framework, and then identifying the financing sources, in each of the branches, with the purpose of identifying them and knowing their greatness of values.*

*Next, we analyzed, by comparing both laws, the Military Infrastructure Programming Law (LPIM) and the Military Infrastructures Law (LIM). In the same chapter proceeded to the identification of the financing needs in this area.*

*Finally, we analyzed the current financing scenario and identified alternative financing models.*

*The study is concluded, with the identification of an alternative model for financing, based on the use of agreements with several entities.*

**Keywords:** *Financing; Law of Military Infrastructure; Armed Forces; Infrastructure; Founding Sources.*



### **Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos**

AHM	Arquivo Histórico Militar
BA	Base Aérea
CANIFA	Comissão Administrativa das Novas Instalações para as Forças Armadas
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEL	Créditos Especiais Logísticos
CEM	Conceito Estratégico Militar
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CLAFA	Comando Logístico da Força Aérea
CmdLog	Comando da Logística
CPDM	Ciclo de Planeamento de Defesa Militar
CTOE	Comando de Tropas de Operações Especiais
DCCR	Despesa com Compensação de Receita
DGAIED	Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa
DGIE	Direção-Geral de Infraestruturas
DGRDN	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
DI	Direção de Infraestruturas (Força Aérea)
DIE	Direção de Infraestruturas (Exército)
DIF	Dispositivo de Forças
DIM	Direção de Infraestruturas da Marinha
DN	Defesa Nacional
EMA	Estado-Maior da Armada
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EOP	Empreitadas de Obras Públicas
EP	Estabelecimento Prisional
FFAA	Forças Armadas
FND	Forças Nacionais Destacadas
FRCP	Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial
H	Hipótese
HFAR	Hospital das Forças Armadas
IUM	Instituto Universitário Militar
LIM	Lei de Infraestruturas Militares



LPIM	Lei de Programação de Infraestruturas Militares
LPM	Lei de Programação Militar
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MIFA	Missões das Forças Armadas
OE	Objetivo Específico
OEPB	Objetivo Estratégico para o Biénio
OG	Objetivo Geral
OGMA	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico
OMDN	Orçamento do Ministério da Defesa Nacional
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PAO	Plano Anual de Obras
PDMC	Publicação de Doutrina Militar Conjunta
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PM	Prédios Militares
PMC	Presidência do Conselho de Ministros
PPOS	Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
QMG	Quartel Mestre-General
RA	Relatório de Atividades
RTE	Repartição Técnica de Engenharia
RPCP	Repartição de Planeamento e Controlo de Programas
SF	Sistema de Forças
TIG	Trabalho de Investigação de Grupo
U/E/O	Unidades/Estabelecimentos/Órgãos (Exército)
U/O/S	Unidades, Órgãos e Serviços (Força Aérea)



## **Introdução**

### **Enquadramento e justificação do tema**

O tema proposto, “O Processo de financiamento das infraestruturas das Forças Armadas. Uma visão prospetiva”, assume uma grande importância no campo da responsabilização e transparência do processo de prestação de contas por parte das Forças Armadas (FFAA) decorrente do quadro legal em vigor.

Na sequência da conjuntura económica nacional nos últimos anos, marcada pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), acordado entre as autoridades portuguesas, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, verificou-se uma redução dos recursos financeiros atribuídos às FFAA. Essa redução provocou constrangimentos na gestão orçamental das Unidades/Estabelecimentos/Órgãos (U/E/O) sendo necessário priorizar a execução do orçamento, com implicações em muitas obras de conservação e manutenção de infraestruturas, que foram adiadas.

Igualmente, a anterior Lei de Programação de Infraestruturas Militares (LPIM) não alcançou os seus objetivos, não tendo sido aplicada nos últimos anos da sua vigência.

Em consequência, as infraestruturas das FFAA sofreram uma degradação acentuada, necessitando de uma recuperação mais profunda do que a que seria previsível, caso a sua manutenção e conservação sucedesse no momento adequado.

A nova Lei de Infraestruturas Militares (LIM) (Lei Orgânica n.º 6/2015, de 18 de maio) teve como objeto estabelecer a programação do investimento com vista à conservação, manutenção, modernização e edificação de infraestruturas da componente fixa do sistema de forças (AR, 2015a) (número 1 do artigo 1.º).

A Reforma «Defesa 2020» definiu um compromisso orçamental para a defesa nacional de 1,1% (+/- 0,1) do Produto Interno Bruto (PIB) dos próximos anos, tendo em vista um compromisso orçamental estável na defesa nacional que garanta a otimização de recursos e o cumprimento das missões das FFAA.

O presente estudo insere-se na discussão de grande relevo e atualidade sobre as crescentes limitações orçamentais do setor da Defesa Nacional (DN) e das suas consequências no produto operacional das FFAA, tendo por fundo um ambiente de austeridade prolongada, em consequência das debilidades estruturais da economia



portuguesa, nomeadamente na afetação de recursos públicos, por natureza escassos, às diversas funções do Estado.

Nesse sentido, tendo presente que o sector imobiliário das FFAA é amplo e com algum desajustamento, face às novas necessidades e, que nem sempre os investimentos têm sido disponibilizados de acordo com as exigências, pretende-se com este trabalho analisar e caraterizar o processo financiamento das infraestruturas, bem como contribuir para a apresentação de alternativas ao atual modelo, que conduzam à sua otimização e racionalização.

O estudo do processo de financiamento das infraestruturas das FFAA, assume uma relevância pertinente, pois, irá incidir na análise do atual sistema, na evolução da despesa nos últimos nove anos e na identificação das necessidades de financiamento das infraestruturas militares. Procura-se ainda identificar que mudanças metodológicas poderão ser implementadas, recorrendo a formas alternativas de financiamento das infraestruturas militares, para tornar o atual modelo mais sustentável.

Desta forma, o trabalho que desenvolvemos tem uma importância fundamental para as FFAA, uma vez que a sustentação e rentabilização das infraestruturas dos Ramos permite racionalizar a despesa militar, no sentido em que contribui decisivamente para uma gestão mais eficiente dos recursos.

### **Objeto de estudo e sua delimitação**

O objeto de estudo do presente Trabalho de Investigação de Grupo (TIG), visa caraterizar o atual modelo de financiamento das infraestruturas das FFAA, identificar formas alternativas de financiamento mais sustentável e analisar uma possível gestão partilhada de infraestruturas, entre ramos, como forma de obter ganhos de eficiência.

Neste contexto, a investigação foca-se num enquadramento temporal desde 2007 até 2015 (nove anos), pretendendo-se delimitar o estudo à análise do processo de financiamento das infraestruturas nos Ramos das FFAA.

### **Objetivos da investigação**

O objetivo geral da nossa investigação consiste na análise do atual processo de financiamento das infraestruturas das FFAA.

Desta premissa geral há que identificar os indicadores particulares que possibilitem a determinação de Objetivos Específicos (OE). Nesse sentido, e numa abordagem sequencialmente lógica, seguidamente apresentaremos os OE.



De forma a conseguirmos cumprir com o objetivo geral da investigação, identificam-se e citam-se os seguintes OE:

Tabela 1 - Objetivo Geral e Objetivos Específicos

<b>OG</b>	<b>Analisar o processo de financiamento das infraestruturas das FFAA.</b>
<b>OE1</b>	Caraterizar o modelo de financiamento das infraestruturas das FFAA.
<b>OE2</b>	Analisar a evolução da despesa no âmbito das infraestruturas nos últimos nove anos (desde 2007).
<b>OE3</b>	Identificar as necessidades de financiamento das infraestruturas Militares.
<b>OE4</b>	Identificar formas alternativas de financiamento das infraestruturas Militares.

Fonte: (Autores, 2016)

### Questões de investigação e hipóteses

Na sequência do resultado do trabalho de avaliação inicial, da leitura de extensa bibliografia, de uma análise preliminar sobre o “estado da arte” e de contactos pessoais estabelecidos com alguns especialistas na matéria, tendo sempre em consideração o objeto de investigação, a delimitação do tema e os objetivos de estudo, formulamos a Questão Central (QC) e quatro Questões Derivadas (QD), que se pretendem validar, consoante os resultados da metodologia que será adotada.

Para responder à QC e como referido anteriormente foram formuladas quatro QD que servirão como elementos orientadores da investigação:

Tabela 2 - Questão Central e Questões Derivadas

<b>QC</b>	De que forma o modelo de financiamento das infraestruturas das FFAA contribui para as necessidades de manutenção e conservação?
<b>QD1</b>	Quais as fontes de financiamento que concorrem para a área das infraestruturas das FFAA?
<b>QD2</b>	Quais as necessidades de financiamento das infraestruturas das FFAA?
<b>QD3</b>	O atual modelo de financiamento permite garantir as necessidades de manutenção e conservação das infraestruturas?
<b>QD4</b>	Que outros modelos alternativos poderão ser implementados para tornar o atual processo de financiamento mais sustentável?

Fonte: (Autores, 2016)



### **Breve síntese da metodologia da investigação**

A metodologia seguida começa pela análise documental, assente na legislação, na documentação governamental e na documentação dos ramos das FFAA, que será a base para a fundamentação teórica da investigação.

Nesse sentido, a metodologia de investigação que se considerou mais adequada para alcançar o objetivo geral foi o recurso ao raciocínio dedutivo, em conformidade com o estabelecido nos documentos 10.0 - NEP/ACA (IESM, 2015a), 018 - NEP/ACA (IESM, 2015b) e Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação (IESM, 2015c), recorrendo, para a referência bibliográfica, à adoção do estilo *Havard – Anglia*, apoiado na ferramenta informática que constitui o *Microsoft Word 2013*.

O problema foi identificado e delimitado, foram formuladas as questões cuja confirmação se procurará justificar através da dedução.

O percurso metodológico e os instrumentos metodológicos escolhidos tiveram como referencial o recurso a uma estratégia qualitativa, em concordância com as Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de investigação (IESM, 2015c). Seguindo um desenho de pesquisa do tipo estudo de caso, uma vez que se pretende estudar o processo de financiamento das infraestruturas nas FFAA.

Na fase conclusiva será efetuada a avaliação e discussão dos resultados, validação das questões, apresentação das conclusões e recomendações.

### **Organização do estudo (estrutura e conteúdo)**

O estudo, em termos de organização, seguirá a seguinte sequência: introdução, sucedendo-se os capítulos relativos à caracterização do processo de financiamento das infraestruturas das FFAA, à lei das infraestruturas militares, à análise dos cenários de financiamento das infraestruturas das FFAA e finalizando com as conclusões e as recomendações.





## **1. Caracterização do Processo de financiamento das infraestruturas das Forças Armadas**

Neste domínio pretende-se caraterizar o processo de financiamento das infraestruturas das FFAA, onde será elaborado o respetivo enquadramento legal e concetual, serão identificadas as principais fontes de financiamento e analisados os procedimentos adotados ao nível de cada um dos Ramo das FFAA.

### **1.1. Enquadramento legal**

A reconfiguração do sistema internacional, nomeadamente no continente europeu, durante a primeira década do século XXI, motivou uma reflexão profunda sobre o papel de cada um dos diferentes atores na cena política internacional, que conduziu à atualização dos principais documentos em que assenta a respetiva postura estratégica. Assim sucedeu com Portugal, designadamente na área da defesa nacional, com a aprovação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) em 2013. Este estabelece que o dispositivo das Forças Armadas deve ser racionalizado de acordo com o princípio orientador da concentração, visando a economia de meios, rentabilizando o apoio logístico e limitando o número de infraestruturas, aproveitando ao máximo as que se mostrarem mais adequadas. Igualmente, evidencia que é importante maximizar as práticas de duplo uso e de partilha de recursos, bem como eliminar todas e quaisquer formas de duplicação de meios públicos (PCM, 2013a).

Na sequência do CEDN a Presidência do Conselho de Ministros (PCM) aprova a reforma estrutural, designada «Defesa 2020», que implementa um modelo que responde ao “*desafio da mudança*” definido no Programa do XIX Governo. Esta visa obter ganhos de eficiência, economias de escala e vetores de inovação com efeitos no curto, médio e longo prazo. O centro de gravidade da «Defesa 2020» passa pela definição e implementação de um modelo sustentável para a defesa nacional e para as FFAA. A medida central do documento “racionalizar a despesa militar, nomeadamente através da melhor articulação entre os ramos das Forças Armadas e uma maior eficiência na utilização de recursos”, constitui-se como fundamental e condição indispensável para o sucesso da reforma (PCM, 2013b).

O planeamento de financiamento das infraestruturas decorre dos objetivos delineados para as FFAA na elaboração do ciclo de Planeamento Estratégico de Defesa Nacional,



através da execução das Lei de Programação Militar (LPM) e Lei de Infraestruturas Militares (LIM).

A LPM tem por finalidade a programação do investimento público das Forças Armadas em matéria de armamento e equipamento, com vista à modernização e operacionalização do sistema de forças, concretizado através da edificação das suas capacidades, bem como a programação do investimento a efetuar por conta da receita da alienação de armamento, equipamento e munições. Inclui, igualmente, investimentos nas áreas da investigação e desenvolvimento e nos sistemas e infraestruturas de apoio (AR, 2015b). Este instrumento de gestão tem sido a primordial ferramenta de financiamento do investimento das FFAA.

A LIM estabelece a programação do investimento com vista à conservação, manutenção, modernização e edificação de infraestruturas da componente fixa do sistema de forças e estabelece as disposições sobre a gestão dos bens imóveis afetos à defesa nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos por essa rentabilização nas medidas e projetos nela previstos (AR, 2015a).

## **1.2. Enquadramento conceptual**

A documentação estruturante já referida (CEDN) e a designada “*Reforma 2020*” são o pilar de um conjunto de documentos que alinhados em termos sequenciais por ordem de prioridade, definem o enquadramento conceptual que identifica a necessidade em infraestruturas, ou seja, o “Dispositivo de Forças”. Para o efeito, o CEM estabelece o Conceito de Ação Militar e as orientações específicas atinentes ao trabalho subsequente, de definição das Missões das FFAA (MIFA), do Sistema de Forças (SF) e do Dispositivo de Forças (DIF), constituindo, ainda, a base para o planeamento da estratégia operacional (MDN, 2014d). No conjunto de missões que incumbem às FFAA incluem-se também, nas MIFA 2014, as executadas pelos Ramos que são conduzidas no âmbito dos órgãos regulados por legislação própria, e outras resultantes do exercício de competências residentes nas FFAA (MDN, 2014f).

O SF 2014 define o conjunto de capacidades militares necessárias ao Cumprimento das Missões das FFAA 2014, identificando os tipos e quantitativos de forças e meios (MDN, 2014g).

É nesta sequência que é definido o Dispositivo de Forças 2014, o qual estabelece a relação entre os comandos operacionais, forças, unidades e meios da Componente operacional do SF, com as infraestruturas, ou elementos da sua Componente Fixa que lhe



dão suporte (MDN, 2014e), tratando do objeto em estudo no presente trabalho de investigação de grupo.

Salienta-se que o Despacho que aprova o Dispositivo de Forças, datado de 24 de outubro de 2014, aprova em simultâneo o plano de redução do Dispositivo Territorial, determinando que os Chefes de Estado-Maior dos ramos implementem o plano de Redução do Dispositivo Territorial nos respetivos ramos.

### **1.3. Principais fontes de financiamento das infraestruturas das Forças Armadas**

A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) é a entidade que, no âmbito da LIM, centraliza a documentação e articula com o Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e com os ramos das FFAA o planeamento dos investimentos prioritários na defesa nacional para edificação das suas capacidades militares.

O financiamento das despesas resultantes da execução da LIM, em conformidade com a respetiva lei, é efetuado pelo conjunto das receitas geradas, direta ou indiretamente, com a rentabilização de património, nos termos nela previstos. Contudo, sem prejuízo do recurso a outras fontes de financiamento nacionais, europeias ou internacionais.

As dotações globais e as medidas relativas aos projetos de infraestruturas das FFAA, incluídas na LIM, são as que constam do anexo A ao presente TIG.

#### **1.3.1. Marinha**

Na Marinha, o tema infraestrutura é tratado em duas grandes estruturas, que exercem competências complementares: o Estado-Maior da Armada e a Superintendência do Material.

Ao Estado-Maior da Armada (EMA), por meio da sua Divisão de Recursos, compete a direção de mais alto nível. As suas competências compreendem a elaboração de estudos, planos, informações, pareceres ou propostas, no âmbito dos recursos do material relacionado com as infraestruturas, o património e servidões militares. O EMA também possui como atribuição a programação, coordenação e controle dos programas de investimento da Marinha.

O segundo grande segmento está afeto à Superintendência do Material, por meio da Direção de Infraestruturas da Marinha (DIM). A esta cabem as responsabilidades de assegurar as atividades da Marinha no domínio da administração dos recursos relativos às infraestruturas da Marinha.



As suas competências abrangem o exercício da autoridade técnica no domínio das infraestruturas, nas áreas de arquitetura, estruturas, sistemas de climatização e ventilação, sistemas de energia e gestão da respetiva eficiência, segurança contra incêndios, apetrechamento e outro material de uso exclusivo em infraestruturas, fixando e difundindo normas de natureza especializada.

No contexto das suas atribuições, cabe à mesma propor as aquisições, permutas, arrendamentos e alienações de imóveis, bem como tratar dos assuntos correntes relativos ao património imobiliário afeto à Marinha.

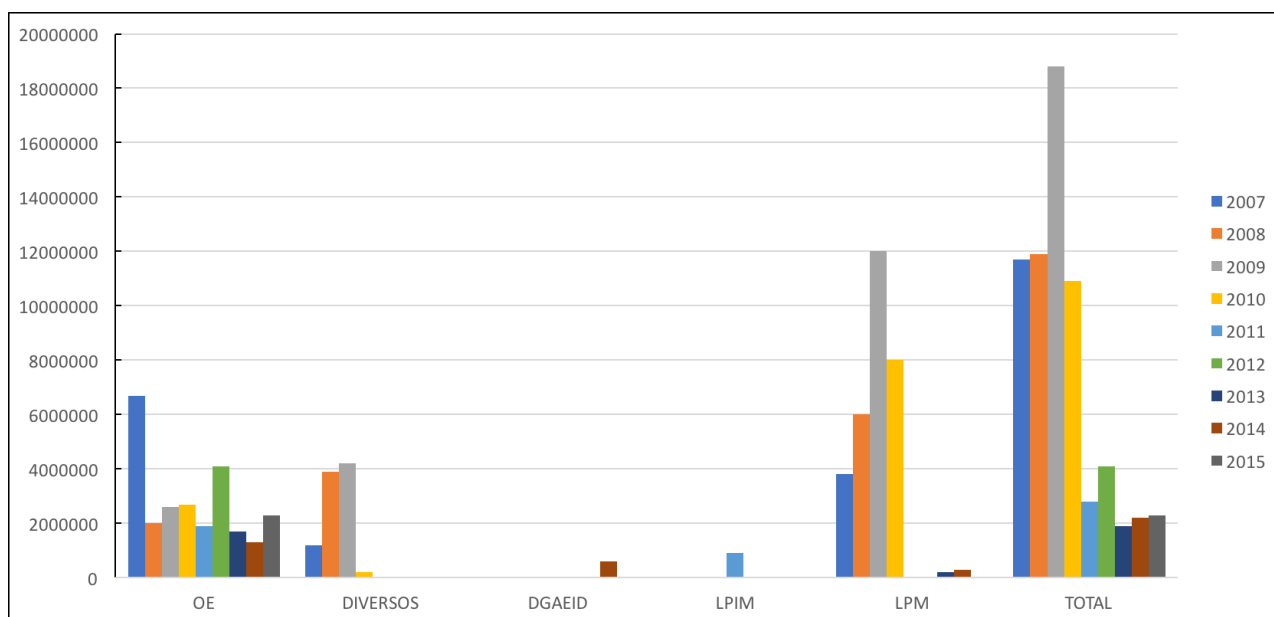
Nesse contexto, a DIM exerce as suas atribuições com base nas orientações superiores, com vista ao cumprimento dos objetivos operacionais.

O demonstrativo dos recursos empregues pela DIM entre os anos de 2007 a 2015 são apresentados no quadro abaixo, por fontes de financiamento:

**Tabela 3 - Volume total da despesa por fonte de financiamento (Marinha)**

		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Fontes de Financiamento	OE	6.700.000,00	2.000.000,00	2.600.000,00	2.700.000,00	1.900.000,00	4.100.000,00	1.700.000,00	1.300.000,00	2.300.000,00
	DIVERSOS	1.200.000,00	3.900.000,00	4.200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-
	DGAIED	-	-	-	-	-	-	-	600.000,00	-
	LPIM	-	-	-	-	900.000,00	-	-	-	-
	LPM	3.800.000,00	6.000.000,00	12.000.000,00	8.000.000,00	-	-	200.000,00	300.000,00	-
	<b>TOTAL</b>	<b>11.700.000,00</b>	<b>11.900.000,00</b>	<b>18.800.000,00</b>	<b>10.900.000,00</b>	<b>2.800.000,00</b>	<b>4.100.000,00</b>	<b>1.900.000,00</b>	<b>2.200.000,00</b>	<b>2.300.000,00</b>

Fonte: (Autores, 2016, adaptado dos RA da DIM)



**Figura 1 - Volume total da despesa por fonte de financiamento (Marinha)**

Fonte: (Autores, 2106)



Efetuada uma apreciação qualitativa e quantitativa dos supracitados valores apresentados no quadro e no gráfico, como resultados alcançados, importa referir o seguinte:

- A principal fonte de financiamento das infraestruturas, no que se refere à manutenção é o Orçamento do Estado;
- A LIM ainda não evidenciou valor de relevo;
- Entre os anos de 2007 e 2010, ocorreram investimentos significativos provenientes da LPM, que se destinavam a preparar as infraestruturas para dar suporte aos novos submarinos. Este foi o maior investimento no período analisado, totalizando aproximadamente trinta milhões de euros;
- Desde de 2010 não ocorreram investimentos em infraestruturas direcionados para os novos sistemas de armas;
- A Marinha, entre outros, tem recebido financiamentos da DGAIED. Contudo, este apoio apenas se concretizou em 2014.

Em reforço ao enquadramento acima exposto foi efetuada uma entrevista estruturada (em apêndice A) ao Diretor de Infraestruturas da Marinha Portuguesa, Comodoro Luís Ramos Borges, no domínio do modelo de financiamento das infraestruturas da Marinha, da qual se salienta o seguinte:

No modelo atual, a principal fonte de recursos para financiamento das infraestruturas continua a ser o Orçamento do Estado.

A LIM apesar de prever financiamento para as infraestruturas militares, ainda não surtiu efeito significativo.

Tendo em vista as restrições orçamentárias que as Forças Armadas estão a sofrer, os recursos financeiros alocados não satisfazem as necessidades de manutenção e conservação das infraestruturas da Marinha.

Nos últimos três anos, o orçamento do setor foi da ordem dos dois milhões de euros, ao passo que o valor ideal deveria rondar os oito milhões de euros (Borges, 2016).

Os novos submarinos originaram obras substanciais de infraestrutura na Base Naval. Esse foi o maior investimento em infraestruturas realizado pela Marinha nos últimos cinco anos.



### 1.3.2. Exército

O Exército, relativamente à consecução dos objetivos e à estratégia seguida, no domínio das infraestruturas, com a finalidade de dar continuidade aos programas para a reestruturação do Exército, tem vindo a materializar as suas ações, através da Direção de Infraestruturas (DIE), sobretudo na preparação, pré-contratação, adjudicação e execução de Empreitadas de Obras Públicas (EOP), na atribuição de Créditos Especiais Logísticos e no apoio técnico, no âmbito das “Infraestruturas do Exército”, às suas U/E/O.

Assim, a DIE, como órgão logístico na dependência do Comando da Logística, através da sua Direção, das respetivas unidades orgânicas e com o apoio das suas três Delegações de Infraestruturas (Norte, Centro e Lisboa, Sul e Ilhas), que lhe garantem uma implantação territorial, assegura o apoio geral em infraestruturas às U/E/O, no continente e nas ilhas, cumprindo a sua missão de acordo com as seguintes valências principais:

- No planeamento e definição das fontes de financiamento;
- No desenvolvimento de estudos e propostas de intervenção e atualização de planos diretores para fazer face aos programas estruturantes do Exército e de outras necessidades;
- Na elaboração de estudos, projetos e preparação/lançamento de concursos de empreitadas de obras públicas e sua execução, controlo financeiro e administrativo;
- Na direção e fiscalização de obras;
- Na Gestão do Património imobiliário à guarda do Exército;
- Na preservação e divulgação do património Cultural do Exército, no âmbito da arqueologia militar, das fortificações e obras militares de caráter histórico.

Nesse contexto, a DIE, nos anos de 2007 a 2015, conduziu a sua atividade, por fontes de financiamento, conforme espelhado no quadro seguinte.

Tabela 4 – Volume total da despesa por fonte de financiamento (Exército)

		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Fonte de Financiamento	OMDN	1.442.307,37	4.576.846,80	3.781.893,24	3.251.309,48	5.326.781,75	4.656.510,98	2.817.836,30	8.539.297,00	11.334.322,21
	LPM	2.300.483,51	3.132.540,00	3.801.339,88	3.110.730,39	144.622,83	9.999,90	13.998,16	0,00	244.924,05
	LPIM	0,00	0,00	0,00	3.114.868,69	990.181,40	309.347,21	0,00	0,00	0,00
	DCCR	0,00	1.257.400,00	0,00	212.598,35	167.526,00	0,00	47.929,16	0,00	390.626,03
	FND	0,00	433.580,00	0,00	228.903,09	239.719,64	124.988,91	1.217.514,18	249.530,64	155.694,08
	DGAIED	0,00	0,00	0,00	830.823,51	0,00	0,00	0,00	199.991,52	0,00
	DGIE	1.685.143,36	0,00	915.009,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PIDDAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.755,85
	FRCP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	864.333,83
	<b>TOTAL</b>	<b>5.427.934,24</b>	<b>9.400.366,80</b>	<b>8.498.242,70</b>	<b>10.749.233,51</b>	<b>6.868.831,62</b>	<b>5.100.847,00</b>	<b>4.097.277,80</b>	<b>8.988.819,16</b>	<b>13.050.656,05</b>

Fonte: (Autores, 2016, adaptado dos RA da DIE)

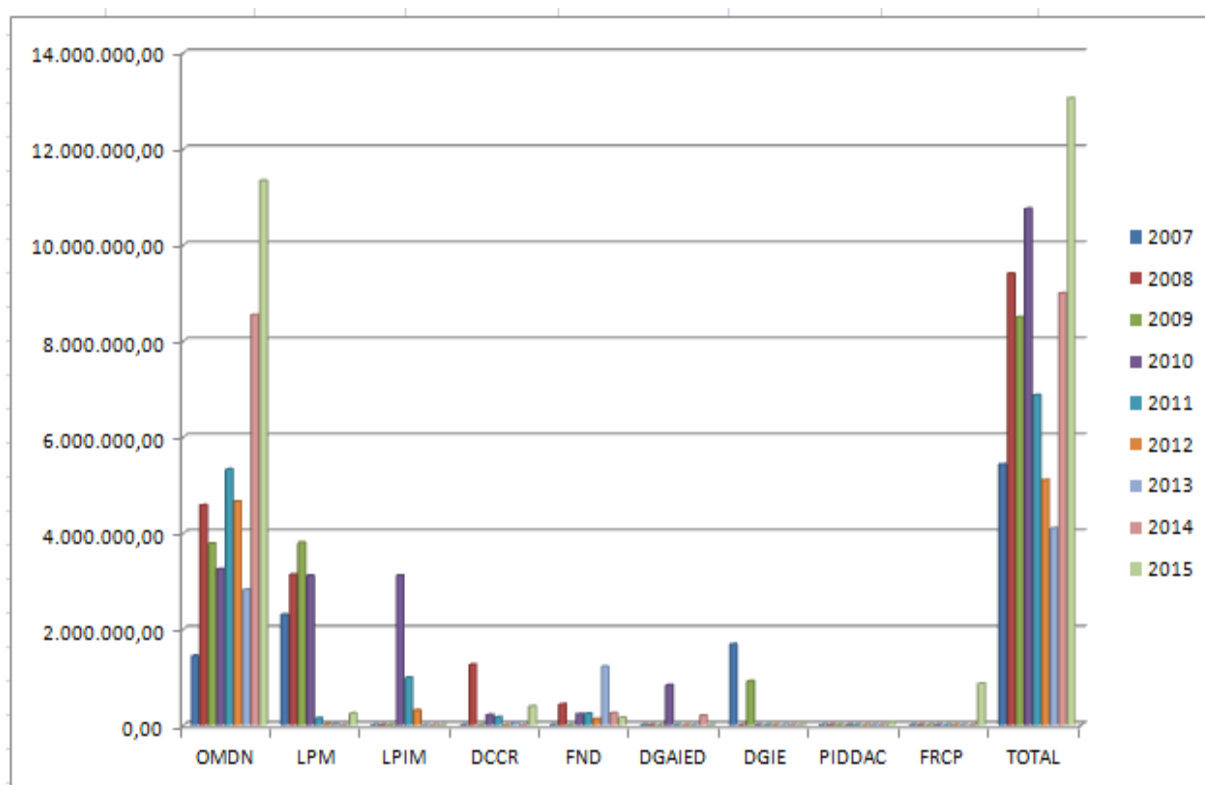


Figura 2 - Volume total da despesa por fonte de financiamento (Exército)

Fonte: (Autores, 2016)

Efetuada uma apreciação qualitativa e quantitativa dos supracitados valores apresentados no quadro e no gráfico, como resultados alcançados, importa referir o seguinte:

- As principais fontes de financiamento nos últimos nove anos têm sido o OMDN, LPM e nos anos de 2010 a 2012 a LPIM;
- O Exército em valores menores tem, igualmente, recorrido a outras fontes de financiamento, nomeadamente, DCCR<sup>1</sup>, FND<sup>2</sup>, DGAIED<sup>3</sup>, DGIE<sup>4</sup>, PIDDAC<sup>5</sup> e FRCP<sup>6</sup>;
- Verifica-se que os períodos de maior investimento em infraestruturas foram os anos de 2008 a 2010 e 2014 a 2015, com valores acima dos oito milhões de euros;

<sup>1</sup> Despesa com Compensação de Receita.

<sup>2</sup> Forças Nacionais Destacadas.

<sup>3</sup> Direção Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa.

<sup>4</sup> Direção Geral de Infraestruturas.

<sup>5</sup> Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração.

<sup>6</sup> Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial.



- Dos últimos nove anos, 2015 foi o período com maior investimento, por fontes de financiamento, em infraestruturas do exército com um valor superior a 13 milhões de euros.

Em reforço ao enquadramento acima exposto foi efetuada uma entrevista estruturada ao Exmo. Diretor da DIE (em apêndice B), no domínio do modelo de financiamento das infraestruturas do Exército, da qual se salienta o seguinte:

“O investimento em infraestruturas no Exército é praticamente assegurado pelo OMDN-E, o qual tem rondado, em média, os 6 milhões de euros por ano.

A LIM não tem funcionado e a LPM, a espaços, tem contribuído para a implementação de alguns projetos no Exército.

Recentemente, por despacho do MDN, a LPM assegurou também o financiamento do projeto que contempla a instalação das valências das ex-OGME (Ajuda) em Benavente. De referir que é caso único um projeto deste tipo ser financiado pela LPM (pelo menos nos últimos anos).

A tutela (MDN) disponibiliza, por vezes, verbas alocadas a intervenções específicas. Dois exemplos recentes: o edifício para internato feminino do Colégio Militar e a primeira parte (1,7 M€) do projeto para instalação do Arquivo Histórico Militar (AHM) no PM050/Lisboa (Total do investimento: 5,4 M€).

Entretanto em 2015 foi aprovada a nova LIM que se espera possa ser uma realidade como Fonte de Financiamento. Até ao momento continua sem funcionar. A exceção, em princípio, passará pelo financiamento do novo Polidesportivo Coberto do Colégio Militar, o qual foi alvo de despacho próprio pelo MDN.”

Ainda no domínio das fontes de financiamento, a DIE tem submetido, nos últimos anos, candidaturas de empreitadas de obras públicas ao Fundo de Reabilitação e Conservação do Património do Estado (FRCP)<sup>7</sup>. Neste âmbito, salientamos que em 2014 foram efetuadas 13 candidaturas, das quais 12 foram aprovadas, num montante global de 1.396.109,56 EUR em participações. No ano de 2015, a DIE submeteu 12 candidaturas ao FRCP, totalizando um montante em participações solicitadas de 2.391.254,12 EUR. Contudo, através de contactos estabelecidos com a DGRDN, a DIE foi informada que apenas uma tinha sido considerada.

---

<sup>7</sup> O FRCP, criado através do Decreto-Lei n.º24/2009, de 21 de janeiro, cujo objeto consiste no financiamento de operações de recuperação, reconstrução, reabilitação e conservação dos imóveis propriedade do Estado.





A supracitada fonte de financiamento, não parece ser uma alternativa viável e confiável, pois, de acordo com informação do Exmo. Diretor da DIE (entrevista efetuada em 24NOV16), o FRCP funcionou nos anos de 2013/14/15, principalmente no financiamento de intervenções para remoção do fibrocimento mas, em 2015, o Exército foi informado que não seriam aprovadas mais candidaturas.

### 1.3.3. Força Aérea

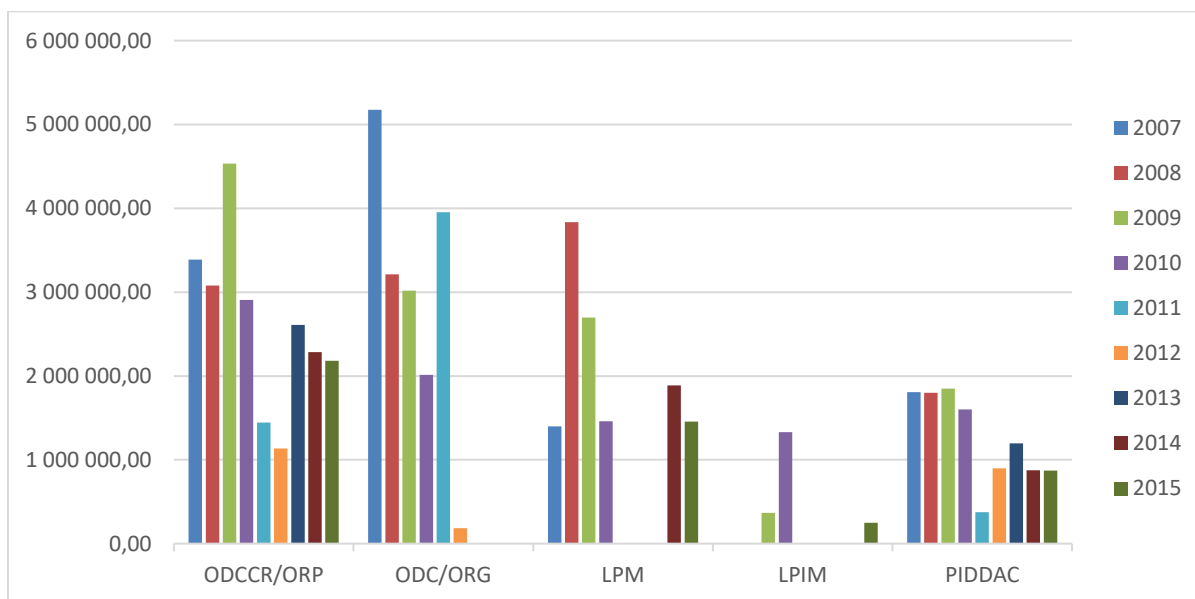
A Força Aérea, materializa a sua ação na área da construção e manutenção de infraestruturas, por via da Direção de Infraestruturas (DI) do Comando da Logística, recorrendo também à consignação de verbas desta natureza, às unidades e órgãos, quando se trate de trabalhos que possam ser executados com recurso a empreitadas locais e que não requeiram meios de engenharia e controlo de obra centrais.

Os montantes executados no período de 2007 a 2015, por recurso a diversas fontes de financiamento, são os apresentados no quadro que se transcreve.

**Tabela 5 – Volume total da despesa por fonte de financiamento (Força Aérea)**

		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Fonte de Financiamento	ODCCR/ORP	3.386.282,74	3.080.178,79	4.535.430,66	2.906.001,54	1.444.166,48	1.135.185,66	2.608.342,12	2.283.123,87	2.182.076,93
	ODC/ORG	5.173.621,88	3.211.047,06	3.019.415,94	2.012.940,77	3.953.383,08	184.998,04	0,00	0,00	0,00
	LPM	1.399.997,36	3.836.056,09	2.695.382,12	1.459.250,64	0,00	0,00	0,00	1.887.812,61	1.455.120,17
	LPIM	0,00	0,00	368.171,83	1.331.348,54	0,00	0,00	0,00	0,00	249.455,73
	PIDDAC	1.807.190,12	1.801.239,33	1.849.874,14	1.599.826,90	374.932,60	899.179,34	1.196.940,62	874.965,60	873.109,66
	<b>TOTAL</b>	<b>11.767.092,10</b>	<b>11.928.521,27</b>	<b>12.468.274,69</b>	<b>9.309.368,39</b>	<b>5.772.482,16</b>	<b>2.219.363,04</b>	<b>3.805.282,74</b>	<b>5.045.902,08</b>	<b>4.759.762,49</b>

Fonte: (Autores, 2016, adaptado dos RA da DI)



**Figura 3 - Volume total da despesa por fonte de financiamento (Força Aérea)**

Fonte: (Autores, 2016)



A análise do gráfico, permite verificar que a LPIM não teve qualquer relevância no financiamento das infraestruturas da Força Aérea, não tendo atingido o objetivo para a qual tinha sido publicada. Verificamos que a fonte de financiamento que apoia este tipo de intervenção é o Orçamento de Estado, por via das receitas gerais e receitas próprias.

Podemos inclusive estabelecer uma tendência que se traduz na utilização destas duas fontes de financiamento até ao ano de 2012 e a partir desse ano deixou de existir financiamento por via das receitas gerais, passando apenas a ser financiadas por receitas próprias.

Em complemento ao financiamento já identificado, encontramos também despesa financiada pela LPM e pelo PIDDAC, direcionado prioritariamente para a área de ensino.

Como situação pontual e particular, na sequência da criação do Hospital das Forças Armadas, deixou de ser possível continuar a utilizar os alojamentos existentes na Base do Lumiar, em Lisboa, pelo que foi aprovado o “Programa de obras para realocação dos alojamentos que atualmente funcionam no Complexo do Lumiar”, num total de nove milhões de euros, a financiar pela LPM em vigor, através da capacidade “Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação (PPOS) da Força”.

O referido programa foi iniciado em 2016 e contempla a execução das seguintes construções:

Tabela 6 – Programa de novos alojamentos

Entidade Apoiada	Designação da Obra	Valor Estimado (€)
CA	Remodelação das Redes Gerais de Distribuição	600 000
CA	Remodelação da Rede Viária	500 000
CA	Construção de Alojamentos para Praças	2 700 000
CA	Construção de Alojamento para Sargentos	2 200 000
CA	Construção de Alojamento para Oficiais	1 300 000
CA	Construção de Alojamento para Oficiais em Trânsito	1 300 000
CA	Construção de novo Parque de Estacionamento	400 000

Fonte: (Autores, 2016, adaptado dos RA da DI)

#### 1.4. Síntese conclusiva

Neste capítulo foi caracterizado o processo de financiamento das infraestruturas das FFAA, efetuado o respetivo enquadramento legal e concetual e foram identificadas as principais fontes de financiamento dos Ramos das FFAA. Tendo por base os procedimentos adotados ao nível de cada Ramo poderemos sintetizar que, na Marinha, no Exército e Força Aérea, no período em análise, os recursos para as infraestruturas têm sido



provenientes quase que exclusivamente do Orçamento do Estado, o qual tem oscilado entre os dois milhões e meio e oito milhões e meio de euros por ano. Face às restrições orçamentais, impostas nos últimos cinco anos, o setor de infraestruturas encontra-se subfinanciado.

A LPIM, apesar de se constituir como uma fonte de financiamento, nos últimos anos (2013 a 2015) não se tem constituído como um instrumento para financiar infraestruturas.

A LIM ainda não surtiu efeito significativo para o financiamento das infraestruturas.

Face ao acima exposto, consideramos respondida a primeira questão derivada, no domínio das fontes de financiamento que concorrem para a área das infraestruturas das FFAA.



## **2. Lei de Infraestruturas Militares**

A LIM estabelece a programação do investimento com vista à conservação, manutenção, modernização e edificação de infraestruturas da componente fixa do sistema de forças e estabelece as disposições sobre a gestão dos imóveis afetos à defesa nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos nas medidas e projetos nela previstos.

### **2.1. Análise da Lei vigente face à Lei revogada**

A Lei vigente (LIM) e a Lei revogada (LPIM), são um dos mecanismos de investimento na área das infraestruturas afetas à Defesa Nacional (DN). No entanto, o modelo subjacente aos valores incluídos em ambas (resultante de alienações de infraestruturas redundantes ou desadequadas), não se tem consumado nos últimos anos devido à falta de procura do mercado o que tem conduzido a uma situação de carência de investimento nas Infraestruturas da Defesa.

A LPIM (AR, 2008) tinha por objeto a programação e gestão dos imóveis afetos à Defesa Nacional, nomeadamente através dos seguintes meios:

- Alienação ou Arrendamento;
- Constituição de direitos reais menores;
- Concessão de uso privativo do domínio público;
- Permuta;
- Parcerias com promotores imobiliários;
- Titularização dos ativos imobiliários através da constituição de fundos de investimento imobiliário;
- Operações de venda com possibilidade de manutenção da utilização onerosa dos bens.

Esta Lei vigorava por um período de dois sexénios e era, ordinariamente, revista nos anos ímpares. Tinha em vista a aplicação dos resultados obtidos no âmbito da gestão dos imóveis afetos à defesa nacional, no financiamento das atividades nela previstas, nomeadamente, a requalificação de infraestruturas militares dos Ramos das FFAA e a capitalização do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas.

A implementação da LPIM (AR, 2008) teve por finalidade a necessidade de programar a gestão de imóveis afetos à defesa e o seu objetivo era gerar verbas para novos investimentos nas infraestruturas de defesa, por um período de dois sexénios, como referido anteriormente. Efetuando uma análise ao seu articulado constata-se que o



pressuposto da Lei infelizmente acabou por não se verificar, ou seja, a LPIM iria gerar ativos financeiros suficientes para a execução dos seus programas de infraestruturas. Situação que não se tem verificado nos últimos anos, pois, os ramos têm recorrido ao OMDN para assegurar os investimentos de manutenção e reparação em infraestruturas da defesa.

A referida LPIM, no ano de 2015, foi revogada através da Lei Orgânica n.º 6/2015, publicada no Diário da República 1ª Série – n.º 95 de 18 de maio, que aprova a Lei de Infraestruturas Militares e revoga a Lei Orgânica n.º 3/2008 e o Decreto-Lei n.º 219/2008, de 12 de novembro, passando a ser designada por LIM. Esta teve por base, na fase de revisão, uma melhoria significativa, no domínio do critério de classificação dos projetos, associados aos ramos das FFAA, passando a ser utilizada uma ponderação e ordenação em termos de prioridades de implementação. Junta-se em anexo E uma matriz com os critérios de classificação adotados na revisão da Lei.

Analisando a nova Lei de Infraestruturas, constata-se que esta mantém as mesmas modalidades de rentabilização e gestão dos imóveis que estavam incluídas na LPIM. Contudo, no que respeita ao articulado, tem algumas inovações no sentido de agilizar os procedimentos subjacentes à rentabilização de património imobiliário desadequado ou excedentário afeto à Defesa Nacional e ao nível dos princípios orçamentais (Artigo 15º da LIM) também foi alterada. Pois, este artigo determina que sejam afetos aos serviços, quer do Ministério das Finanças quer do Ministério da Defesa Nacional responsáveis pelos procedimentos de rentabilização, 5% das receitas geradas, proporcionando a estas estruturas os meios adequados para fazer face às despesas inerentes à preparação e consecução dos processos de regularização (registo, avaliação, hasta pública, etc). O período de vigência também foi alterado, passando a Lei a vigorar por um período de dois quadriénios, sem prejuízo dos compromissos assumidos pelo Estado que excedam esse período (AR, 2015a).

A grande diferença está associada com a extinção do Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas, que extinguiu a assunção da responsabilidade de investimento naquele Fundo, permitindo a programação do investimento em infraestruturas militares, sendo esse nível de investimento ajustado à situação atual do mercado imobiliário. Permite ainda a hierarquização dos projetos de acordo com as prioridades militares.



Em conformidades com AR (2015a) a LIM será revista em 2018, para entrar em vigor em 2019, de acordo com o Ciclo de Planeamento de Defesa Militar (CPDM).

Atendendo à situação conjuntural do mercado imobiliário e a exclusiva dependência financeira da lei de receitas de rentabilização de património imobiliário, as circunstâncias continuam a originar evidentes dificuldades na arrecadação das receitas que a mesma previa e consequentemente o financiamento respetivo, nos montantes previstos.

Em conformidade com o MDN (2016b) foi definido o universo de imóveis a disponibilizar para rentabilização, com o intuito de adequar o parque imobiliário e de infraestruturas militares às transformações decorrentes da realização dos objetivos estratégicos da defesa nacional. Do citado universo constam imóveis que pelas suas características e localização geográfica têm vindo a ser objeto de manifesto interesse por potenciais investidores, quer nacionais quer internacionais. Situação que poderá contribuir, no presente e nos próximos anos, para gerar receitas para financiamento de infraestruturas de defesa.

## **2.2. Identificação das necessidades de financiamento das Forças Armadas para manutenção e conservação de infraestruturas**

Neste domínio, foi efetuado o levantamento ao nível dos Ramos das FFAA, com recurso a entrevista aos Diretores das Direções de Infraestruturas e aos Planos anuais de obras, tendo resultado as seguintes necessidades de financiamento:

### **2.2.1. Marinha**

Com o propósito de analisar as perspetivas para o setor de infraestruturas nos próximos anos, foram identificadas as necessidades de financiamento da Marinha para a manutenção e conservação de infraestruturas, conforme planeamento DGAIED até o ano de 2022.

Os dados recolhidos foram comparados com a média do orçamento executado pela DIM nos últimos cinco anos, que foi de 2.660.000,00 € (dois milhões seiscientos e sessenta mil euros) e encontram-se apresentados na tabela abaixo.

**Tabela 7 – Orçamento de infraestruturas**

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Necessidade</b>	8.205.000,00	8.856.768,00	8.298.519,00	8.926.020,00	8.158.021,00	8.543.507,00
<b>Média Histórica</b>	2.660.000,00	2.660.000,00	2.660.000,00	2.660.000,00	2.660.000,00	2.660.000,00
<b>Défi ce Anual</b>	5.545.000,00	6.196.768,00	5.638.519,00	6.266.020,00	5.498.021,00	5.883.507,00
<b>Défi ce Acumulado</b>	5.545.000,00	11.741.768,00	17.380.287,00	23.646.307,00	29.144.328,00	35.027.835,00

**Fonte: (Autores, 2016, adaptado de relatórios das DGAIED e DIM)**



Os números apresentados apontam que, mantidos os níveis atuais de investimento, chegar-se-á ao ano de 2022 com um défice acumulado superior a vinte milhões de Euros.

Para satisfazer as necessidades identificadas, seria necessário que o orçamento anual triplicasse em relação ao que vem ocorrendo nos últimos cinco anos.

### **2.2.2. Exército**

No Exército, o Regulamento Geral de Infraestruturas, estipula que o Plano Anual de Obras (PAO) se baseia no Plano de médio e longo prazo do Exército, nas diretivas do CEME e do QMG e nos Planos de necessidades das U/E/O.

Nesse âmbito e à semelhança de anos anteriores, o PAO (2017), reflete o processo de reestruturação da Defesa Nacional e das FFAA, designado por Reforma “Defesa 2020”, nomeadamente, em termos da realocação de U/E/O do Exército, numa perspetiva de concentração *versus* libertação de património, bem como na consolidação das condições de instalação de outras U/E/O já transferidas. Nesse contexto, a Diretiva de Planeamento do Exército, para o Biénio 2015/16, incluía objetivos estratégicos que têm repercussão direta no supracitado PAO (2017).

Na sequência, o Comando da Logística (CmdLog) estabeleceu a sua Diretiva para o mesmo Biénio e alinou os objetivos em conformidade, dos quais realçamos os seguintes, no domínio das infraestruturas:

- LOG 06 – Modernizar e otimizar equipamentos e infraestruturas do Exército, âmbito da reestruturação do “Exército 2020”;
- LOG 044 – Promover a excelência dos serviços orgânicos do CmdLog e a qualidade do apoio que presta, no âmbito da melhoria da qualidade do apoio em infraestruturas.

A DIE como Entidade responsável pelas atividades implícitas, no domínio da concretização dos citados objetivos, elaborou o PAO (2017), alinhado com os documentos estratégicos acima referidos. Este Plano assenta essencialmente na execução de EOP, contemplando, igualmente, o financiamento do Plano de atividades Operacional Militar, a executar por Unidades de Engenharia, para fazer face a necessidades urgentes, a encargos com prédios arrendados e a manutenção e reparação dos postos de transformação à responsabilidade do Exército.

O PAO (2017) contempla, igualmente, intervenções inscritas em planos de obras de anos anteriores que não obtiveram financiamento e cuja pertinência se mantém. As intervenções incluídas no referido PAO, encontram-se agrupadas em 32 ações/programas,



que se juntam em anexo C ao presente TIG. Destas, 10 estão associadas à atividade “assegurar o Plano de Infraestruturas Exército 2020” e as restantes 22 à atividade “executar o Plano de beneficiação, conservação e reparação de infraestruturas”.

No supracitado PAO, que constitui o anexo D, são consideradas como fontes de financiamento, para o ano de 2017, o orçamento do Exército (OMDN-E17), a LIM e a LPM. As intervenções com financiamento foram escalonadas com as seguintes prioridades:

- P1 – para a primeira prioridade;
- P2 – para a segunda prioridade;
- P3 – para a terceira prioridade.

Nesse contexto, o investimento com financiamento inscrito no PAO (2017) é o seguinte:

**Tabela 8 – Financiamento incluído no POA (2017)**

Investimento previsto para 2017 Fontes de Financiamento	Prioridades		
	P1	P2	P3
OMDN-E	3.845.000,00 €	1.655.000,00 €	1.985.000,00 €
OMDN-E (P1+P2)	5.500.000,00 €		
OMDN-E (P1+P2+P3)	7.485.000,00 €		
LIM	1.400.000,00 €		
LPM	10.130.486,00 €		
<b>Total (OMDN-E+LIM+LPM)</b>	<b>19.015.486,00 €</b>		

Fonte: (Autores, 2016 – adaptado do POA (2017) – DIE)

O PAO (2017) tem por fundamentos essenciais as prioridades definidas superiormente, ao nível do Comando do Exército e do CmdLog, em função das fontes de financiamento e montantes que vierem a ser disponibilizados para investimento em infraestruturas no ano de 2017. Este plano apresenta um valor global de intervenções com financiamento de 19.015.486,00 Euros e de intervenções sem financiamento no montante de 44.549.000,00 Euros, num total de 63.564.486,00 Euros. Sublinhamos que, do valor sem financiamento, 23.285.000,00 Euros dizem respeito a intervenções que têm como fonte de financiamento referenciada na LIM.

Em reforço ao supracitado e em conformidade com o conteúdo da entrevista do Diretor da DIE, salientamos que as principais necessidades estão identificadas no referido PAO (2017). Contudo, os aquartelamentos mais recentes do Exército – os CANIFA<sup>8</sup> –,

<sup>8</sup> Comissão Administrativa das Novas Instalações para as Forças Armadas.





com uma média de 50 anos de idade, necessitam, em números redondos, de 10 M€ para uma remodelação geral (redes gerais, redes internas, coberturas, cozinhas, conforto térmico, etc.). Para além disso existem necessidades que resultam da reestruturação do Exército. Por exemplo, encontra-se aprovado o Plano Diretor do CTOE, Lamego, que em princípio começará a ser implementado em 2017, e cujo montante global estimado ronda os 10 M€. O Exército prevê um prazo de 8 a 9 anos para a sua implementação mas este Plano implica, pelo mesmo período, hipotecar cerca de 20% do investimento anual do Exército (caso se mantenha a média de investimento anual), com o reflexo na redução de manutenção de outras infraestruturas.

### **2.2.3. Força Aérea**

Nos termos dos instrumentos de gestão publicados, nomeadamente os Objetivos Estratégicos, a Diretiva de Planeamento, os Objetivos Setoriais e Indicadores de Gestão e respetivo Plano de Atividades, a Força Aérea identificou para a atividade “A3.1 *Gestão de Infraestruturas e Equipamentos*”, ação “A3.1.1 *Rentabilizar as ações de manutenção de infraestruturas e equipamentos no valor patrimonial imobilizado da Força aérea, investindo entre 0,05% e 0,1% do valor acumulado do imobilizado*”.

Tomando como referência as boas práticas adotadas para o efeito por entidades de referência no setor, o valor a despender anualmente em ações de manutenção deverá ser o correspondente a 1% do valor do imobilizado, atualizado pelas obras de grande intervenção, não contando qualquer depreciação.

Com base no pressuposto atrás indicado e para o ano de 2017, procedeu-se à análise do valor patrimonial de cada uma das Unidades, Órgãos e Serviços (U/O/S), ajustando-se a percentagem em função da tipologia da classe de imobilizado 4530, a que correspondem outras infraestruturas que não edifícios (como por exemplo, muros, vedações, pavimentos rodoviários e pedonais), bem como para os pavimentos aeronáuticos constante da classe de imobilizado 4540, e para percentagens mais baixas de 0,35% e 0,5%, respetivamente, foi identificado como necessário o valor total de 22.910.154,50 €.

Atendendo aos históricos dos orçamentos da FA e porque é incomportável o dispêndio dum valor de tão elevada grandeza em ações de manutenção/correção de infraestruturas, esse montante foi reduzido para 2.100.000,00 €, como mínimo aceitável. A estas necessidades de manutenção/correção de infraestruturas, acrescem as construções e grandes reparações, identificando-se no quadro seguinte as necessidades para 2017.



**Tabela 9 – Necessidades de financiamento para 2017**

EPR DI	EPR U/O/S	TOTAL
34.319.307,00	3.543.399,00	37.862.706,00

Fonte: (Autores, 2016 – adaptado do PA (2017))

### **2.3. Síntese conclusiva**

Na Marinha, observa-se que o sistema de infraestruturas se encontra severamente subfinanciado. As necessidades, para além do que vem ocorrendo no orçamento anual (cerca de 2,7 milhões de euros), são de aproximadamente 5,3 milhões de euros, ou seja, seria necessário um orçamento anual médio aproximado de oito milhões de euros para satisfazer as necessidades identificadas para o setor.

O Exército anualmente aprova o PAO, elaborado pela DIE, que inclui as necessidades em termos de infraestruturas. Este plano, para o ano de 2017, inclui como fontes de financiamento o orçamento do Exército (OMDN-E17), a LIM e a LPM, apresentando um valor total de intervenções com financiamento de 19.015.486,00 Euros e de intervenções sem financiamento no montante de 44.549.000,00 Euros, num total global de 63.564.486,00 Euros.

As necessidades do Exército, além do orçamento anual (cerca de 6 milhões de euros em termos médios), são aproximadamente 10 milhões de euros, ou seja, anualmente cerca de 16 milhões de euros, para satisfazer as necessidades das U/E/O e das que resultam da reestruturação do Exército.

Relativamente à Força Aérea, verificamos que o valor inscrito no OMDN totaliza 2.100.000,00 €, para a manutenção/correção de infraestruturas, estando muito abaixo das boas práticas adotadas, valor calculado num total de 22.910.154,50 €, utilizando métodos minimalistas.

A diferença entre as necessidades de financiamento e a dotação expectável, para os Ramos, pode ser construída para o período de 2018 a 2022, recorrendo às verbas identificadas na LIM e às necessidades estimadas.



**Tabela 10 – Necessidades por ramo versus valores inscritos LIM (2018 a 2022)**

	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Marinha</b>					
Dotação LIM	5.854.750,00	7.294.500,00	4.924.000,00	6.156.000,00	5.541.486,00
Necessidades	8.856.768,00	8.298.519,00	8.926.020,00	8.158.021,00	8.543.507,00
<b>Exército</b>					
Dotação LIM	8.880.000,00	8.110.000,00	10.755.000,00	7.100.000,00	6.030.000,00
Necessidades	16.029.800,00	16.799.800,00	14.154.800,00	17.809.800,00	18.879.800,00
<b>Força Aérea</b>					
Dotação LIM	3.668.366,00	3.431.877,00	3.422.853,00	4.586.500,00	5.601.747,00
Necessidades	28.645.204,00	27.501.262,00	22.910.115,00	22.910.115,00	22.910.115,00

Fonte: (Autores, 2016)

Face ao acima exposto, consideramos respondida a segunda questão derivada, no domínio das necessidades de financiamento das infraestruturas das FFAA.



### **3. Análise do atual cenário de financiamento das infraestruturas das Forças Armadas**

Neste capítulo, pretende-se analisar o atual processo de financiamento das infraestruturas das FFAA, onde será efetuada uma avaliação em termos médios, com base no histórico dos anos de 2007 a 2015, comparando com a atual fonte de financiamento da LIM. Será, igualmente, identificado se o atual modelo de financiamento, por ramo, garante os recursos financeiros necessários para construção, manutenção e conservação das infraestruturas das FFAA.

#### **3.1. Enquadramento preliminar**

Na sequência da documentação consultada e das entrevistas efetuadas, constata-se que o domínio das Infraestruturas tem sido planeado numa fase, ligeiramente, posterior ao do CPDM. As valências das infraestruturas, no início do processo da escolha dos novos sistemas de armas, na maioria dos casos, não são tidas em conta. Estas surgem, numa fase da programação, normalmente, subsequente da implementação de um novo meio ou sistema de armas e geralmente são da responsabilidade interna dos ramos das FFAA que os irão operar.

Como constatado nos capítulos anteriores, trata-se de uma das áreas das FFAA que também tem sido sujeita a financiamentos muito limitados, verificando-se uma diferença entre necessidade e financiamentos muito avultada, que comprometem o futuro de muitas infraestruturas. Situação que tem prejudicado os respetivos financiamentos dos ramos das FFAA, subcarregando os correspondentes OMDN, e conduzido a uma situação de escassez de investimento nas Infraestruturas da Defesa.

Por outro lado também se verifica a utilização de financiamentos pontuais, que apenas vão permitindo a resolução de intervenções que não podem ser adiadas, não permitindo a concretização dos planos de médio e longo prazo estabelecidos pelos Ramos.

#### **3.2. Quadro atual e discussão dos resultados**

O quadro atual é influenciado pela conjuntura económica portuguesa, onde se verificou uma retração do mercado imobiliário que afeta diretamente a LIM, a qual é financiada pela alienação de imóveis militares e outras formas que estão diretamente relacionadas com este mercado.



O resultado das metodologias de financiamento implementadas, está a levar a uma degradação do parque de infraestruturas dos ramos, encaminhando-o para situações de irreversibilidade em algumas das construções.

A LIM, como referido anteriormente, estabelece a programação do investimento com vista à conservação, manutenção, modernização e edificação de infraestruturas da componente fixa do sistema de forças. Nesse contexto e na ótica do encadeamento referenciado, foi efetuado o levantamento ao nível dos Ramos das FFAA, com recurso a entrevista aos Diretores das Direções de Infraestruturas, aos Relatórios de Atividades (2007 a 2015) e aos respetivos Planos anuais de obras, constatando-se que os valores incluídos na LIM, cuja média se apresenta no quadro abaixo, traduzem valores manifestamente insuficientes.

**Tabela 11 – Investimento incluído na LIM Ramos (de 2015 a 2022 e Média)**

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total	Média (LIM 2015 a 2022)
Componente fixa - LIM Marinha	3.830.580,00 €	7.092.000,00 €	6.807.500,00 €	5.854.750,00 €	7.294.500,00 €	4.924.000,00 €	6.156.000,00 €	5.541.486,00 €	47.500.816,00 €	5.937.602,00 €
Componente fixa - LIM Exército	12.802.977,00 €	7.625.000,00 €	6.780.000,00 €	8.880.000,00 €	8.110.000,00 €	10.755.000,00 €	7.100.000,00 €	6.030.000,00 €	68.082.977,00 €	8.510.372,13 €
Componente fixa - LIM Força Aérea	9.895.665,00 €	3.470.000,00 €	3.939.500,00 €	3.668.366,00 €	3.431.877,00 €	3.422.853,00 €	4.586.500,00 €	5.601.747,00 €	38.016.508,00 €	4.752.063,50 €

Fonte: (Autores, 2016, adaptado da LIM (AR, 2008))

As verbas espelhadas na LIM, se passarem a ser disponibilizadas anualmente serão um excelente contributo para a recuperação do parque de infraestruturas das FFAA. Contudo, à semelhança dos anos de 2015 e 2016, de acordo com as entrevistas dos Diretores das Direções de Infraestruturas, estas não foram disponibilizadas nos valores correspondentes. Porém, espera-se que a partir de 2017 passe a ser uma realidade como fonte de financiamento, pois, até ao momento não tem funcionado como investimento.

### **3.3. Gestão partilhada de infraestruturas entre Ramos**

A atual circunstância económica nacional origina uma gestão judiciosa dos recursos das FFAA, para que as mesmas respondam de forma eficaz e eficiente às missões que lhe são cometidas, quer no domínio nacional, quer no internacional. Nesse contexto, as FFAA, têm vindo a contribuir para esse desiderato global, racionalizando os recursos postos à sua disposição, otimizando a respetiva atividade, reajustando os processos e executando a correspondente reestruturação.

Nesse sentido e na sequência da documentação legislativa, enquadradora das FFAA, que estabelece que o dispositivo das Forças Armadas deve ser racionalizado de acordo com o princípio orientador da concentração, visando a economia de meios, rentabilizando o



apoio logístico e limitando o número de infraestruturas, aproveitando ao máximo as que se mostrarem mais adequadas, maximizando as práticas de duplo uso e de partilha de recursos (PCM, 2013a), os ramos têm vindo reajustar o seu dispositivo e a implementar a respetiva reorganização. Atualmente, de acordo com a informação das Direções de Infraestruturas dos Ramos, as infraestruturas que são partilhadas pela Marinha, pelo Exército e pela Força Aérea são as que se apresentam de seguida.

### 3.3.1. Marinha

No que se refere à Marinha, as principais infraestruturas partilhadas são as da Base Aérea do Montijo, onde está sediado a Esquadilha de Helicópteros (Borges, 2016).

A Marinha possui, igualmente, diversos sítios, normalmente de património histórico e cultural, que são partilhados com outros órgãos governamentais, nomeadamente, administrações municipais. Esse tipo de cooperação civil/militar, além de transferir os custos de manutenção para os órgãos que os exploram, gera alguma renda para o Ministério da Defesa Nacional, que depois retorna em parte para o setor de infraestruturas da Marinha (Borges, 2016).

### 3.3.2. Exército

As infraestruturas que atualmente são partilhadas entre os ramos e outras entidades, encontram-se discriminadas nos quadros seguintes.

Tabela 12 – Prédios Militares à guarda do Exército utilizados pela GNR e PSP

Prédio Militar	Designação	Utentes
PM 007/ AVEIRO	QUARTEL DA SÁ	GNR
PM 008/F. DA FOZ	QUARTEL DA LAPA	GNR
PM 038/LISBOA	QUARTEL DA GRAÇA	UnApEME; MDN; GNR
PM 129/LISBOA	POSTO DE TAVARES	R.Tp.T; GNR;
PM 002/PENAFIEL	QUARTEL DE PENAFIEL	GNR
PM001/PORTALEGRE	QUARTEL DE S. FRANCISCO	GNR; LC; RC3;
PM005/PORTALEGRE	QUARTEL DE S. BERNARDO	GNR
PM007/ PORTALEGRE	CARREIRA DE TIRO DE PEDRA ALÇADA	GNR
PM001/TORRES NOVAS	EDIFÍCIO DO ANTIGO HOSPITAL	PSP
PM002/TORRES NOVAS	QUARTEL DE TORRES NOVAS, INCLUI CARREIRA TIRO	PSP
PM004/TORRES NOVAS	MINA DE ÁGUA DE BUENO AMOR	PSP
PM009/TORRES NOVAS	PICADEIRO EXTERIOR	PSP

Fonte: (Tavares, 2016)

Tabela 13 – Prédios Militares utilizados por entidades tuteladas pelo MDN

PM132/LISBOA	INSTITUTO DE PEDROUÇOS OU QUINTA DOS DUQUES DO CADAVAL	IUM; C.SimulEx; MM;
--------------	--	---------------------

Fonte: (Tavares, 2016)



Refira-se também que no caso do Estabelecimento Prisional (EP) de Tomar, que sendo “gerido” pelo Exército, se destina à utilização partilhada com a Marinha, Força Aérea e GNR (embora para esta última exista também um EP para Forças de Segurança, em Évora) (Tavares, 2016).

Relativamente à previsão de partilha de infraestruturas no futuro, prevê-se a cedência definitiva do PM058/Lisboa – “Quartel de Campo de Ourique” e do PM009/Oeiras – “Quartel da Medrosa” ao EMGFA e ainda eventualmente o PM010/Oeiras – “Moradia para Oficiais na Medrosa” (Tavares, 2016).

### **3.3.3. Força Aérea**

Na Força Aérea a única infraestrutura que é partilhada com a Marinha, é a Base Aérea n.º 6, no Montijo, onde a Marinha tem a sua esquadrilha de helicópteros (Velo, 2016). Verifica-se na Base Aérea n.º 4 a partilha com uma força estrangeira, a Força Aérea Americana.

Existem outros modelos de cooperação que se traduzem na utilização comum de algumas infraestruturas, como o Campo de Tiro (CT), a exploração e utilização de aeródromos da Força Aérea por entidades civis e empresas (Beja, Lajes na BA4, OGMA em Alverca). Eventualmente esse modelo poderá ser alargado ao Montijo (BA6) e Monte Real (BA5) (Velo, 2016).

Ao nível dos três Ramos, existem, igualmente, duas outras grandes infraestruturas partilhadas, que são o HFAR e o IUM.

## **3.4. Alternativas ao atual modelo de financiamento das infraestruturas das Forças Armadas**

Para além das modalidades de rentabilização constantes do Artigo 5.º da LIM, as quais como se tem vindo a verificar tem tido muita dificuldade de implementação, num contexto de fortes restrições orçamentais, a alternativa passará pela partilha de infraestruturas entre ramos e também entre entidades civis e militares, de modo a obter sinergias e fontes de financiamento alternativas.

Como alternativa, outra forma de rentabilização ou redução dos custos de operação e manutenção dos imóveis militares, constitui a utilização partilhada com entidades civis, públicas e privadas, acordando-se a respetiva contrapartida no suporte das despesas com a



manutenção do espaço cedido e sempre que adequado um valor adicional que permita canalizar esses montantes para as infraestruturas em utilização pelo ramo (Marques, 2012).

O meio subjacente a esta cedência, de acordo com Marques (2012), poderá configurar a forma de “protocolo”, no qual se define o objeto da cedência, o prazo e os deveres e direitos das partes.

Qualquer outro modelo de financiamento de infraestruturas, nomeadamente, no domínio da cooperação civil/militar, ficará sempre sujeito, como referido, a um protocolo com o respetivo ramo das FFAA e terá que fazer referência que do mesmo não resulte ónus sobre o imóvel, situação que poderá limitar o correspondente investimento por parte da Entidade interessada. Não será fácil estabelecer estas cooperações até porque existem regras ao nível financeiro que limitam essa situação (Circulares das Direções de Finanças dos Ramos) (Tavares, 2016).

### **3.5. Síntese conclusiva**

Pelo acima exposto constata-se que as infraestruturas, além de serem maioritariamente financiadas pelos OMDN dos Ramos, continuam, igualmente, em casos concretos, a serem financiadas pelos atuais programas da LPM (AR, 2006).

Os Ramos têm vindo reajustar o seu dispositivo e a implementar a respetiva reestruturação. Atualmente, conforme espelhado no ponto 3.3., os Ramos partilham algumas infraestruturas, entre si, e com outras Entidades, nomeadamente, com as Forças de Segurança.

Na sequência do exposto no presente capítulo, identificamos como possível fonte alternativa de financiamento a concretização de protocolos com Entidades civis (Marques, 2012).

Face ao acima exposto, consideramos respondida a terceira e quarta questões derivadas, nos domínios do atual modelo de financiamento das infraestruturas e das alternativas ao modelo de financiamento das FFAA.





## Conclusões

O parque de infraestruturas das FFAA é amplo e com algum desajustamento, face às novas necessidades e, que nem sempre os investimentos têm sido disponibilizados de acordo com as exigências, pretendeu-se com este trabalho de investigação analisar e caracterizar o processo financiamento das infraestruturas, nos últimos nove anos (2007 a 2015), bem como contribuir para a apresentação de alternativas ao atual modelo, que conduzam à sua otimização.

Neste trabalho a metodologia de investigação que se considerou mais adequada para alcançar o objetivo geral foi o recurso ao método dedutivo, baseado na análise e pesquisa documental, assente na legislação, na documentação governamental e na documentação dos ramos das FFAA, complementado pela realização de entrevistas estruturadas aos Diretores das Direções de Infraestruturas dos Ramos. A estratégia da investigação foi qualitativa, seguindo um desenho de pesquisa do tipo estudo de caso, uma vez que se pretendeu estudar o processo de financiamento das infraestruturas nas FFAA.

O trabalho foi estruturado em introdução, três capítulos e conclusões, a introdução abordou os aspetos essenciais da investigação e da metodologia utilizada e os três capítulos foram dedicados aos objetivos específicos e procurando responder às questões derivadas, que culminam na resposta à questão central: *De que forma o modelo de financiamento das infraestruturas das FFAA contribui para as necessidades de manutenção e conservação?*

Nesse sentido, na introdução, foi efetuada a descrição dos aspetos essenciais da investigação e a metodologia utilizada.

No primeiro capítulo, respondendo à questão “*Quais as fontes de financiamento que concorrem para a área das infraestruturas das FFAA?*”, conclui-se que o investimento em infraestruturas é praticamente assegurado pelo OMDN, consta-se que a LPIM não teve qualquer relevância, uma vez que não conseguiu gerar receitas, dado que o financiamento estava indexado à alienação de património militar e a LPM tem contribuído, como alternativa de financiamento em casos particulares, para a implementação de alguns projetos nos Ramos.

No segundo capítulo, respondendo à questão derivada “*Quais as necessidades de financiamento das infraestruturas das FFAA?*”, foram identificadas as necessidades de financiamento dos Ramos e concluiu-se que não estão garantidos financiamentos para construção e para manutenção/correção de infraestruturas, situação que todo o parque



construído irá sofrer deteriorações, tornando-o inadequado e comprometendo ainda mais o futuro, porque os défices acumulados poderão tornar irreversível a intervenção em algumas infraestruturas.

No terceiro capítulo, respondendo às questões derivadas “*O atual modelo de financiamento permite garantir as necessidades de manutenção e conservação das infraestruturas?*” e “*Que outros modelos alternativos poderão ser implementados para tornar o atual processo de financiamento mais sustentável?*”, procedeu-se à análise do atual processo de financiamento das infraestruturas das FFAA, onde foi efetuado uma avaliação em termos médios, com base nos valores constantes da LIM. Posteriormente, foram identificadas como possível fonte alternativa de financiamento a concretização de protocolos com Entidades civis.

Considera-se, assim, respondida a questão central.

Como investigação passível de ser realizada no futuro, recomenda-se um desenvolvimento detalhado da avaliação da degradação das infraestruturas e os correspondentes financiamentos necessários.



## Bibliografia

- AR, 2006. *Lei de Programação Militar* (Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de agosto). Lisboa: Assembleia da República.
- AR, 2008. *Lei de Programação das Infraestruturas Militares* (Lei Orgânica nº 03/08). Lisboa: Assembleia da República.
- AR, 2014a. *Lei de Defesa Nacional* (Lei Orgânica 5/2014 de 29 de agosto). Lisboa: Diário da República.
- AR, 2014b. *Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas*. Lei Orgânica 6/2014 de 1 de setembro (Procede à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho) ed. Lisboa: Diário da República.
- AR, 2015a. *Lei das infraestruturas militares* (Lei Orgânica n.º6/2015 de 18 de maio). Assembleia da República ed. Lisboa: Assembleia da República.
- AR, 2015b. *Aprova a lei de programação militar e revoga a Lei Orgânica n.o 4/2006, de 29 de agosto (Lei Orgânica n.º 7/2015, de 18 de maio)*. Lisboa: Assembleia da República.
- Baptista Veloso, Caetano de Sousa & Oliveira Fuzeta, 2011. *O Paradigma da Lei de Programação Militar*. Lisboa: IESM.
- Borges, L. R., 2016. *O processo de financiamento das infraestruturas da Marinha*. [Entrevista]. Lisboa. (21 novembro 2016).
- CM, 2002. *Aprova os códigos de classificação económica das receitas e despesas públicas*. Conselho de Ministros ed. Lisboa. (Decreto-Lei 27/02 de 14 de Fevereiro: Diário da República.
- CM, 2008. *Aprova o Código dos Contratos Públicos*. Conselho de Ministros ed. Lisboa. (Decreto-Lei 18/08 de 28 de janeiro): Diário da República.
- DIE, 2008. *Relatório de Atividades 2007*, Lisboa: Direção de Infraestruturas/CmdLog/Exército.
- DIE, 2009. *Relatório de Atividades 2008*, Lisboa: Direção de Infraestruturas/CmdLog/Exército.
- DIE, 2010. *Relatório de Atividades 2009*, Lisboa: Direção de Infraestruturas/CmdLog/Exército.
- DIE, 2011. *Relatório de Atividades 2010*, Lisboa: Direção de Infraestruturas/CmdLog/Exército.



- DIE, 2012. *Relatório de Atividades 2011*, Lisboa: Direção de Infraestruturas/CmdLog/Exército.
- DIE, 2013. *Relatório de Atividades 2012*, Lisboa: Direção de Infraestruturas/CmdLog/Exército.
- DIE, 2014. *Relatório de Atividades 2013*, Lisboa: Direção de Infraestruturas/CmdLog/Exército.
- DIE, 2015. *Relatório de Atividades 2014*, Lisboa: Direção de Infraestruturas/CmdLog/Exército.
- DIE, 2016a. *Relatório de Atividade 2015*, Lisboa: Direção de Infraestruturas/CmdLog/Exército.
- DIE, 2016b. *Plano Anual de Obras 2017*. Lisboa: Direção de Infraestruturas/CmdLog/Exército.
- FA, F. A. P., 2008. *Programa de Obras nas Unidades Estabelecimentos e Órgãos da Força aérea*. Alfragide: Estado-Maior da Força Aérea .
- IESM, 2015a. *Trabalhos de Investigação (NEP / ACA - 010)*. Lisboa: IESM.
- IESM, 2015b. *Regras de Apresentação e Referenciação para os Trabalhos Escritos a Realizar no IESM (NEP / ACA - 018)*. Lisboa: IESM.
- IESM, 2015c. *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação. Caderno do IESM N.º8*. Lisboa: IESM.
- Macedo, H., Carvalho, A., Pereira, I. & Faria, E., 2015. *Painel a Lei de Programação Militar*. Lisboa: IESM.
- Marques, V. P. d. R., 2012. *A utilização Partilhada das Infraestruturas das Forças Armadas*. Lisboa: IESM.
- Mata, J. A. D., 2013. *O Modelo de Financiamento das Forças Armadas*. Lisboa: IESM.
- MDN, 2011. *Diretiva Ministerial Orientadora do Ciclo de Planeamento de Defesa Militar*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- MDN, 2014a. *Diretiva Ministerial de Planeamento de Defesa Militar* (Despacho n.º 11400/MDN/2014 de setembro). Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- MDN, 2014b. *Diretiva para a revisão da Lei de Programação Militar* (Despacho n.º 11399/2014). Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- MDN, 2014c. *Conceito Estratégico Militar*. Aprovado pelo MDN, 22 de julho de 2014, confirmado em CSDN, 30 de julho de 2014 ed. Lisboa: Ministro da Defesa Nacional.



- MDN, 2014d. *Aprova o Conceito Estratégico Militar*. Lisboa: CSDN.
- MDN, 2014e. *Dispositivo de Forças DIF 2014*. Lisboa: Ministro da Defesa Nacional.
- MDN, 2014f. *Missões das Forças Armadas*. Lisboa: CSDN.
- MDN, 2014g. *Sistema de Forças SF 2014*. Lisboa: CSDN.
- MDN, 2016a. *Despacho de delegação de competências no Chefe do Estado-Maior da Força Aérea*. Diário da República ed. Lisboa. (Despacho n.º 3709/2016 de março): Ministério da Defesa Nacional.
- MDN, 2016b. *Relatório da execução da LPIM/LIM (reportado ao ano 2015)*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- PCM, 2013a. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional (Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013)*. Lisboa: Diário da República.
- PCM, 2013b. *Linhas de Orientação para a Execução da Reforma Estrutural da Defesa Nacional e das Forças Armadas - «Defesa 2020» (RCM 26/2013 de 11 de abril)*. Lisboa: Diário da República.
- Tavares, A. J. F. M., 2016. *O Processo de financiamento das infraestruturas no Exército*. [Entrevista]. Lisboa. (24 novembro 2016).
- Veloso, J. J. C. B., 2016. *O processo de financiamento das infraestruturas da Força Aérea*. [Entrevista]. Lisboa. (21 novembro 2016).



## Anexo A — Dotações globais e medidas relativas aos projetos de infraestruturas militares das FFAA

Tabela 14 – Dotações globais e medidas relativas a projetos de infraestruturas militares

	Despesas/Quotáveis 2015 a 2018				Total 1.º Q	Despesas/Quotáveis 2019 a 2022				Total 1.º Q	Total das Quotáveis
	2015	2016	2017	2018		2019	2020	2021	2022		
TOTAL de Projetos de Infraestruturas.....	32.348.757	20.000.000	20.000.000	20.000.000	92.348.757	20.000.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000	80.000.000	172.348.757
Capital/Medida											
Modulo 01 — Componente fixa do M28V											
ESAG/ISA.....	5.819.535	1.813.000	2.475.000	1.596.884	1.163.623	898.147	2.157.900	2.826.768	7.046.038	18.748.457	
Modulo 02 — Componente fixa de Manutenção	3.330.380	7.092.000	6.807.500	58.54.750	7.294.500	4.924.000	6.150.000	5.541.486	23.915.986	47.500.816	
Modulo 03 — Componente fixa do Exército	12.802.977	7.625.000	6.780.000	8.880.000	8.110.000	10.755.000	7.100.000	6.030.000	31.995.000	680.82.977	
Modulo 04 — Componente fixa de Força Aérea.....	9.895.665	3.470.000	3.939.500	3.668.366	3.431.877	3.422.833	4.386.500	5.601.747	17.042.977	380.16.908	

Fonte: (AR, 2015a)



## Anexo B — Critérios de classificação de Projetos (LPIM/LIM)

Tabela 15 – Critérios de classificação de Projetos (LPIM/LIM)

#1 Projetos diretamente relacionados com a edificação do Sistema de Forças		
5	Muito Elevado	Projetos que decorrem de compromissos assumidos, sem os quais os meios e forças não poderão cumprir a respetiva missão.
4	Elevado	Projetos que decorrem de compromissos assumidos, sem os quais os meios e forças cumprirão a respetiva missão com limitações.
3	Médio	Projetos que não decorrem de compromissos assumidos, sem os quais os meios e forças não poderão cumprir a respetiva missão
2	Baixo	Projetos que não decorrem de compromissos assumidos, sem os quais os meios e forças cumprirão a respetiva missão com limitações.
1	Muito Baixo	Outros Projetos.
#2 Projetos que visam a racionalização e eficácia das infraestruturas		
5	Muito Elevado	Projetos que visam o desenvolvimento de infraestruturas comuns e / ou conjuntas e que permitem a libertação e posterior reutilização/rentabilização de imóveis.
4	Elevado	Projetos que visam a unificação ou concentração de unidades, estabelecimentos e órgãos, dentro do mesmo ramo, permitindo a libertação e posterior reutilização/rentabilização de imóveis.
3	Médio	Projetos que visam o desenvolvimento de infraestruturas comuns e / ou conjuntas, que não permitem a libertação e posterior reutilização/rentabilização de imóveis.
2	Baixo	Projetos que visam a unificação ou concentração de unidades, estabelecimentos e órgãos , dentro do mesmo ramo, não permitindo a libertação e posterior reutilização/rentabilização de imóveis.
1	Muito Baixo	Outros Projetos.
#3 Projetos que se destinam a garantir a funcionalidade das infraestruturas.		
5	Muito Elevado	Projetos de sustentação de infraestruturas que não satisfazem os requisitos funcionais.
4	Elevado	Projetos de modernização de infraestruturas que não satisfazem os requisitos funcionais.
3	Médio	Projetos de sustentação de infraestruturas que já satisfazem os requisitos funcionais.
2	Baixo	Projetos de modernização de infraestruturas que já satisfazem os requisitos funcionais.
1	Muito Baixo	Outros Projetos.



#4 Projetos que promovam a segurança, higiene e saúde no trabalho (SHST).		
5	Muito Elevado	Projetos que reduzam a exposição a substâncias/radiações perigosas; ao ruído e vibrações; e que melhorem a iluminação e a ergonomia; bem como o ambiente térmico.
4	Elevado	Projetos que contemplem apenas três das áreas identificadas.
3	Médio	Projetos que contemplem apenas duas das áreas identificadas.
2	Baixo	Projetos que contemplem apenas uma das áreas identificadas.
1	Muito Baixo	Outros projetos
#5 Projetos que promovam a melhoria do desempenho ambiental das infraestruturas.		
5	Muito Elevado	Projetos que incorporem medidas ambientais nas áreas da eficiência energética; da gestão de matéria perigosas; de efluentes; e de resíduos.
4	Elevado	Projetos que incorporem medidas ambientais em apenas três das áreas.
3	Médio	Projetos que incorporem medidas ambientais em apenas duas das áreas.
2	Baixo	Projetos que incorporem medidas ambientais em apenas uma área.
1	Muito Baixo	Outros Projetos.
#6 Projetos que contribuam para a redução dos riscos relacionados com a segurança militar		
5	Muito Elevado	Projetos que permitam reduzir os riscos associados à segurança das infraestruturas, do material e da informação.
4	Elevado	Projetos que permitam reduzir os riscos associados segurança das infraestruturas e do material.
3	Médio	Projetos que permitam reduzir os riscos associados à segurança das infraestruturas e da informação.
2	Baixo	Projetos que permitam reduzir os riscos associados à segurança das infraestruturas.
1	Muito Baixo	Outros projetos.

(Fonte: DGRDN, 2015)

Tabela 16 –Ponderações

CRITÉRIO Nº	PRIORIDADE
1	2
2	1
3	2
4	4
5	4
6	3

(Fonte: DGRDN, 2015)





## **Anexo C — 32 Ações/Programas do Plano de Anual de Obras 2017 (Exército)**

Ações/Programa enquadradas na atividade “assegurar o Plano de Infraestruturas Exército 2020” que decorre do OEPB 7 – Implementar a reestruturação do “Exército 2020” (DIE, 2016b):

1. Consolidar a instalação do CFT, RL2, CSMIE e GCSel Lisboa na Amadora;
2. Consolidar a instalação da EA em Mafra;
3. Apoiar a transferência e instalação das ex-OGME em Benavente;
4. Apoiar a transferência e instalação do AHM e do ArqGEx em Lisboa;
5. Apoiar a implementação do Plano Diretor do CTOE;
6. Apoiar em infraestruturas o Programa VBR PANDUR II 8x8;
7. Apoiar em infraestruturas o Programa VTBL 4x4;
8. Apoiar a criação do Núcleo Museológico da Artilharia de Costa;
9. Assegurar a operacionalidade de Aeródromo Militar de Tancos;
10. Estudos de viabilidade e projetos.

Ações/Programa enquadradas na atividade “executar o Plano de beneficiação, conservação e reparação de infraestruturas” que decorre do OEPB 5 – Melhorar o apoio logístico e a sustentação (DIE, 2016b):

1. Beneficiar, conservar e reparar infraestruturas dos Estabelecimentos Militares de Ensino;
2. Beneficiar, conservar e reparar infraestruturas da AM;
3. Beneficiar, conservar e reparar infraestruturas da ESE;
4. Beneficiar, conservar e reparar infraestruturas da ES;
5. Beneficiar, conservar e reparar infraestruturas da ZMA;
6. Beneficiar, conservar e reparar infraestruturas da ZMM;
7. Beneficiar, conservar e reparar infraestruturas do Campo de Instrução Militar de Santa Margarida;
8. Beneficiar, conservar e reparar infraestruturas afetas ao Sistema de Recrutamento do Exército;
9. Beneficiar, conservar e reparar infraestruturas afetas ao Sistema de Formação e Centros de excelência do Exército;
10. Beneficiar, conservar e reparar infraestruturas afetas ao Sistema de Saúde Militar do Exército;
11. Beneficiar, conservar e reparar infraestruturas afetas ao Sistema de Alimentação e Alojamento do Exército;
12. Beneficiar, conservar e reparar infraestruturas afetas ao abastecimento, drenagem e tratamento de águas;
13. Beneficiar, conservar e reparar infraestruturas afetas ao Sistema de Armazenagem de Armamento, Munições e Explosivos e Infraestruturas de Tiro;
14. Manter, reparar, substituir cobertura e remover elementos passíveis de conter fibras de amianto;



15. Beneficiar, conservar e reparar infraestruturas afetadas à Rede de Transmissões do Exército;
16. Beneficiar, conservar e reparar outras infraestruturas afetadas ao Exército;
17. Beneficiar, reabilitar e conservar infraestruturas com o objetivo principal de melhorar questões ambientais e de Eficiência Energética;
18. Beneficiar, conservar e reparar infraestruturas afetadas à preservação/divulgação do Património Histórico-militar
19. Manter e reparar Postos de Transformação e instalações elétricas;
20. Beneficiar, conservar e reparar Casas do estado;
21. Manter e reparar infraestruturas através da atribuição de CEL;
22. Rendas dos prédios e dos Paíóis NATO.



## Anexo D — Resumo do Plano de Anual de Obras 2017 (Exército)

Tabela 17 – Resumo do Plano Anual de Obras 2017 (Exército)

RESUMO DO INVESTIMENTO GLOBAL ESTIMADO PARA AS INTERVENÇÕES IDENTIFICADAS		Estimativa	Com financiamento	Sem financiamento
Total do financiamento para os dois Objetivos Sectoriais:		63.015.888,00 €	19.015.486,00 €	44.549.000,00 €
Total do Objetivo Sectorial "Implementar a reestruturação Exército 2020":		26.781.888,00 €	11.505.486,00 €	13.745.000,00 €
Total deste Objetivo Sectorial financiado pela UM:		7.820.000,00 €	0,00 €	7.820.000,00 €
Total deste Objetivo Sectorial financiado pela LPM:		11.431.888,00 €	9.900.486,00 €	0,00 €
Total deste Objetivo Sectorial financiado pelo OMDN-E:		1.608.000,00 €	1.605.000,00 €	
Total deste Objetivo Sectorial com fonte de financiamento a definir:		5.925.000,00 €		5.925.000,00 €
Total do Objetivo Sectorial "Melhorar o apoio logístico e a sustentação":		38.294.000,00 €	7.430.000,00 €	30.804.000,00 €
Total deste Objetivo Sectorial financiado pela UM:		17.075.000,00 €	1.400.000,00 €	15.675.000,00 €
Total deste Objetivo Sectorial financiado pela LPM:		190.000,00 €	150.000,00 €	0,00 €
Total deste Objetivo Sectorial financiado pelo OMDN-E:		5.880.000,00 €	5.880.000,00 €	
Total deste Objetivo Sectorial com fonte de financiamento a definir:		15.129.000,00 €		15.129.000,00 €
PLANEAMENTO DO INVESTIMENTO QUE SE ESTIMA DISPONÍVEL PARA O ANO DE 2017		Prioridades		
		P1	P2	P3
OMDN-E		3.845.000,00 €	1.655.000,00 €	1.985.000,00 €
OMDN-E (P1+P2)		5.500.000,00 €		
Fontes de Financiamento		OMDN-E (P1+P2+P3)		
		7.485.000,00 €		
		LPM		
		1.400.000,00 €		
		LPM		
		10.130.486,00 €		
		Total (OMDN-E + LPM + LPM)		
		19.015.486,00 €		

(Fonte: DIE, 2016b)



**Apêndice A — Entrevista realizada ao Diretor de Infraestruturas da Marinha Portuguesa, Comodoro Luís Ramos Borges, no dia 21 de novembro de 2016.**

**1. Qual é o atual modelo de financiamento das infraestruturas da Marinha?**

No modelo atual, a principal fonte de recursos para financiamento das infraestruturas provem do orçamento alocado pela Marinha Portuguesa.

A nova Lei de Infraestruturas, Lei orgânica nº 06/2015, prevê outras fontes de recursos para as infraestruturas militares, provenientes da alienação de bens das Forças Armadas, entretanto, por ser recente, ela ainda não surtiu efeito significativo para o setor.

O Decreto-lei nº 280/2007 regula a utilização dos recursos.

**2. O atual modelo de financiamento garante os recursos financeiros necessários para construção, manutenção e conservação das infraestruturas da Marinha?**

Tendo em vista as restrições orçamentárias que as Forças Armadas estão a sofrer, os recursos financeiros alocados não estão a atender todas as necessidades de manutenção e conservação das infraestruturas da Marinha.

**3. Quais as necessidades de financiamento em infraestruturas da Marinha?**

Nos últimos três anos, o orçamento do setor foi inferior a 2 milhões de euros. Calcula-se que o valor ideal deveria ser de cerca de 8 milhões de euros.

Será fornecido um gráfico contendo a evolução dos recursos despendidos em infraestrutura nos últimos 10 anos.

**4. Face aos novos Sistemas de Armas, existe algum acréscimo significativo de financiamento em infraestruturas?**

Os novos submarinos demandaram obras substanciais de infraestrutura na Base Naval, porém as obras já foram concluídas. Esse foi o maior investimento em infraestrutura realizado pela Marinha nos últimos cinco anos.

Não vislumbra no momento novos sistemas de armas que demandem investimento de grande envergadura em infraestruturas.



**5. Atualmente, que infraestruturas são partilhadas entre os ramos?**

No que se refere à Marinha, as principais infraestruturas partilhadas são as da base aérea do Montijo, onde está sediado o Esquadrão de Helicópteros.

Existem duas outras grandes infraestruturas partilhadas, que são o HFA e o IUM, entretanto esses dois não estão vinculados à gestão de infraestruturas da Marinha.

**6. Existe alguma previsão de partilha de infraestruturas no futuro?**

Pelo que tem conhecimento, não há nenhum projeto em andamento que preveja a partilha de outras infraestruturas.

**7. Identifique um exemplo de modelo de cooperação civil/militar na utilização de infraestruturas militares que possibilite fontes de financiamento alternativas?**

Hoje, a Marinha já possui diversos sítios, normalmente de património histórico, que são compartilhados com outros órgãos governamentais, notadamente administrações municipais.

Esse tipo de cooperação civil/militar, além de transferir os custos de manutenção dos sítios para os órgãos que os exploram, gera alguma renda que depois retorna para o setor de infraestruturas.

Para o futuro, vislumbra-se a possibilidade de privatização do Arsenal do Afeite. Atualmente, verifica-se que o mesmo já não se encontra na dependência da Marinha, constituindo uma Sociedade Anónima com um capital 100% estatal.



**Apêndice B — Entrevista realizada ao Diretor da Direção de Infraestruturas/CmdLog/Exército – MGEN António José Fernandes Marques Tavares, no dia 24 de novembro de 2016.**

Exmo. Senhor General,

Somos auditores do Curso de Promoção a Oficial General CPOG-2016/17) e estamos a desenvolver um Trabalho de Investigação de Grupo (TIG), no âmbito da área de ensino de administração, sobre o Tema “O Processo de financiamento das infraestruturas das Forças Armadas. Uma visão prospetiva”.

Todas as informações recolhidas destinam-se exclusivamente para fins académicos no âmbito do estudo de investigação.

Nesse contexto e para enriquecer o nosso estudo, solicitamos a disponibilidade do meu General para responder às seguintes questões:

1. Qual é o atual modelo de financiamento das infraestruturas do Exército?

*O investimento em infraestruturas no Exército é praticamente assegurado pelo OMDN-E, o qual tem rondado, em média, os 6 milhões de euros por ano.*

*A LIM não tem funcionado e a LPM, a espaços, tem contribuído para a implementação de alguns projetos no Exército.*

*Recentemente, por despacho de S.Ex.<sup>a</sup> MDN, a LPM assegurou também o financiamento do projeto que contempla a instalação das valências das ex-OGME (Ajuda) em Benavente. De referir que é caso único um projeto deste tipo ser financiado pela LPM (pelo menos nos últimos anos).*

*A tutela (MDN) disponibiliza, por vezes, verbas alocadas a intervenções específicas. Dois exemplos recentes: o edifício para internato feminino do Colégio Militar e a primeira parte (1,7 M€) do projeto para instalação do AHM no PM050/Lisboa (Total do investimento: 5,4 M€).*

*Funcionou nos anos de 2013/14/15 o Fundo de Reabilitação e Conservação do Património do Estado, principalmente no financiamento de intervenções para remoção do fibrocimento mas, em 2015, o Exército foi informado que não seriam aprovadas mais candidaturas.*

*Entretanto em 2015 foi aprovada a nova LIM que se espera possa ser uma realidade como Fonte de Financiamento. Até ao momento continua sem funcionar. A*



*exceção, em princípio, passará pelo financiamento do novo Polidesportivo Coberto do Colégio Militar, o qual foi alvo de despacho próprio pelo MDN.*

2. O atual modelo de financiamento garante os recursos financeiros necessários para construção, manutenção e conservação das infraestruturas do Exército?

*Tendo em consideração o Plano Anual de Obras (PAO) para 2017, já aprovado por despacho de S. Ex.<sup>a</sup> Gen CEME, facilmente é constatável que o atual modelo de financiamento não é suficiente.*

*Refira-se que o PAO-2017 foi elaborado com base nas necessidades identificadas pelas UEO mas confirmadas pela DIE “in loco”, sendo que apenas as intervenções mais urgentes foram incluídas (e não todas as intervenções que seriam necessárias realizar).*

*Nota: ver quadro resumo no final do PAO-2017.*

3. Quais as necessidades de financiamento em infraestruturas do Exército?

*As principais necessidades estão identificadas no PAO-2017. No entanto, os aquartelamentos mais recentes do Exército – os CANIFA –, com uma média de 50 anos de idade, necessitariam, números redondos, de 10 M€ para uma remodelação geral (redes gerais, redes internas, coberturas, cozinhas, conforto térmico, etc.). Para além disso existem necessidades que resultam da reestruturação do Exército. Por exemplo, encontra-se aprovado o Plano Diretor do CTOE, Lamego, que em princípio começará a ser implementado em 2017, e cujo montante total previsto ronda os 10 M€. O Exército prevê um prazo de 8 a 9 anos para a sua implementação mas este Plano implica, pelo mesmo período, hipotecar cerca de 20% do investimento anual do Exército (caso se mantenha a média de investimento anual), com o reflexo na redução de manutenção de outras infraestruturas.*

4. Face aos novos Sistemas de Armas, existe um acréscimo significativo de financiamento em infraestruturas?

*Tem existido. Basicamente este investimento tem sido ao nível de instalações para armazenamento/parqueamento e ao nível de instalações para a manutenção. Exemplo PANDUR: foram construídos telheiros para parqueamento, rampas de lavagem/lubrificação e a oficina própria no Entroncamento. O suporte destas intervenções não tem tido suporte na mesma Fonte de Financiamento que leva à sua aquisição, o que no entender da DIE não é o correto, pois participando esta Direção no planeamento através do vetor de desenvolvimento “Infraestruturas”, o suporte destas*



*intervenções deveria estar incluído no projeto próprio – ou seja, deveriam ser financiadas pela LPM.*

5. Atualmente, que infraestruturas são partilhadas entre os ramos?

*As infraestruturas que atualmente são partilhadas entre os ramos e inclusivamente outras entidades, encontram-se discriminadas nos quadros seguintes.*

Prédio Militar	Designação	Utentes
PM 007/ AVEIRO	QUARTEL DA SÁ	GNR
PM 008/F. DA FOZ	QUARTEL DA LAPA	GNR
PM 038/LISBOA	QUARTEL DA GRAÇA	UnApEME; MDN; GNR
PM 129/LISBOA	POSTO DE TAVARES	RTpT; GNR;
PM 002/PENAFIEL	QUARTEL DE PENAFIEL	GNR
PM001/PORTALE GRE	QUARTEL DE S. FRANCISCO	GNR; LC;RC3;
PM005/PORTALE GRE	QUARTEL DE S. BERNARDO	GNR
PM007/ PORTALEGRE	CARREIRA DE TIRO DE PEDRA ALÇADA	GNR
PM001/TORRES NOVAS	EDIFÍCIO DO ANTIGO HOSPITAL	PSP
PM002/TORRES NOVAS	QUARTEL DE TORRES NOVAS, INCLUI CARREIRA TIRO	PSP
PM004/TORRES NOVAS	MINA DE ÁGUA DE BUENO AMOR	PSP
PM009/TORRES NOVAS	PICADEIRO EXTERIOR	PSP

**Prédios Militares à guarda do Exército utilizados pela GNR e PSP**

PM132/LIS BOA	INSTITUTO DE PEDROUÇOS OU QUINTA DOS DUQUES DO CADAVAL	IUM; CSimulEx; MM;
---------------	--	--------------------

**Prédios Militares utilizados por entidades tuteladas pelo MDN**

*Refira-se também que no caso do Estabelecimento Prisional (EP) de Tomar, que sendo “gerido” pelo Exército, se destina à utilização partilhada com a Marinha, Força Aérea e GNR (embora para esta última exista também um EP para Forças de Segurança, em Évora).*

6. Existe alguma previsão de partilha de infraestruturas no futuro?

*Prevê-se a cedência definitiva do PM058/Lisboa – “Quartel de Campo de Ourique” e do PM009/Oeiras – “Quartel da Medrosa” ao EMGFA e ainda eventualmente o PM010/Oeiras – “Moradia para Oficiais na Medrosa”.*





7. Identifique um exemplo de modelo de cooperação civil/militar na utilização de infraestruturas militares que possibilite fontes de financiamento alternativas?

*Primeiro que tudo comentar a expressão “cooperação civil/militar”: pode existir aqui uma confusão com CIMIC (cooperação civil-militar) o que não é aconselhável. Não é fácil estabelecer estas cooperações até porque existem regras ao nível financeiro que o limitam (Circular da DFin). Quando existem têm de ser alvo de protocolo com o Exército e tem de ser referido que daí não resulta ónus sobre o imóvel – isto limita logo o investimento.*

*Exemplos: simulador dinâmico de condução PANDUR (RI13), embora este esteja ainda no âmbito das contrapartidas (PANDUR). Esta intervenção foi financiada pelo Exército, pela GDS e pela ETI (empresa contratada pela GDS para desenvolver o simulador). No antigo RE1, Pontinha, existiu investimento da CM de Odivelas no Núcleo Museológico do Posto de Comando do 25 de abril (como contrapartida a CMO também utilizava o espaço).*

Agradecemos a disponibilidade e colaboração do Sr. General,



**Apêndice C — Entrevista realizada ao Diretor de Infraestruturas do Comando da Logística da Força Aérea – BGEN ENGAED Joaquim José Carvalheira Baptista Veloso – 21 de novembro de 2016, 16H00.**

**1. Qual é o atual modelo de financiamento das infraestruturas da Força Aérea?**

R: As infraestruturas da FA, são financiadas através da LPM, LIM, ORG, ORP e PIDDAC. No caso específico da DI, nos últimos cinco anos não tem sido atribuída verba em ORG e na LIM. O investimento tem sido feito através do PIDDAC ( Ensino) para o CFMTFA, LPM para a BA5 ( Nova Placa para o F-16, recarga do Taxiway H e alojamentos da Marinha Grande) e nos novos alojamentos do Monsanto. Anualmente a DI recebe cerca de 1,5 M€ em ORG para a manutenção das infraestruturas da FA.

**2. O atual modelo de financiamento garante os recursos financeiros necessários para construção, manutenção e conservação das infraestruturas da Força Aérea?**

R: O atual modelo de financiamento não garante verbas para a correta manutenção das mesmas, ou seja, deveria-se utilizar cerca de 6 M€ anualmente. O que se tem verificado é um valor muito inferior, pelo que o financiamento das mesmas não é o correto. No caso da construção tem-se utilizado programas específicos da LPM, sendo estes escassos face aos programas de investimento de anos anteriores. Por sua vez a LPIM e a LIM não têm gerado receita pelo que a FA não tem executado este tipo de verbas.

**3. Quais as necessidades de financiamento em infraestruturas da Força Aérea?**

R: As ações de manutenção de infraestruturas e equipamentos devem corresponder ao valor patrimonial imobilizado da Força Aérea, investindo-se entre 0,05% e 0,1% do valor acumulado do imobilizado.

O acumulado de despesas de manutenção (onde não são consideradas as verbas decorrentes dos programas de investimento plurianuais) foi de 668.041,26€. O valor patrimonial depreciado à data de 30SET2016, retirado do Sistema Integrado de Gestão, é de 5.951.077.271,01€. No ano transato em igual período o valor reportado foi de 0,0381%, tendo-se verificado um aumento de 0,0159% do segundo Trimestre para o terceiro Trimestre, enquanto que em 2016 se verificou uma aumento de apenas 0,0083% (pouco mais de metade do registado no ano transato). Ou seja as verbas são insuficientes para manter as infraestruturas.



**4. Face aos novos Sistemas de Armas, existe um acréscimo significativo de financiamento em infraestruturas?**

R: Existe o financiamento para adaptação de infraestruturas existentes não tendo desde 2009 existido este tipo de verbas. Geralmente é omitida na programação dos novos sistemas de armas as infraestruturas, devendo-se estimar um valor de cerca de 5% do programa para a execução das infraestruturas novas.

**5. Atualmente, que infraestruturas são partilhadas entre os ramos?**

R: No Montijo BA6, entre a Marinha e a Força Aérea

**6. Existe alguma previsão de partilha de infraestruturas no futuro?**

R: Que eu saiba não.

**7. Identifique um exemplo de modelo de cooperação civil/militar na utilização de infraestruturas militares que possibilite fontes de financiamento alternativas?**

R: Explorar a utilização dos aeródromos da FA, o modelo existe no caso do terminal Civil de Beja na BA11 e no terminal civil das Lajes na BA4. Existe também o exemplo do Aeródromo de Alverca, com a sua utilização pela OGMA. No futuro poderá ser aberto ao tráfego civil a BA6.